
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
NÚCLEO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA
SÉRIE ESTUDOS — 2

ESTRUTURAS AGRÁRIAS E CAPITALISMO;
contribuição para o estudo da ocupação do solo e da
transformação do trabalho na zona da Mata mineira
(séculos XVIII e XIX)

ANGELO ALVES CARRARA

Mariana
1999

Série Estudos, 2
Núcleo de História Econômica e Demográfica
Universidade Federal de Ouro Preto
rua do Seminário, s/n.
35420-000 Mariana MG

ISBN 85-288-0031-8

Depósito legal efetuado junto à Biblioteca Nacional conforme Decreto número 1.825, de 20 de dezembro de 1907. Esta obra cumpre ainda a Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo I	13
Capítulo II	30
Capítulo III	49
Capítulo IV	59
Fontes e Bibliografia	68
Anexos	79

Introdução

O presente trabalho propõe-se a estudar as transformações econômicas no longo período de transição dos modos de produção pré-capitalistas para o capitalismo, no núcleo da sub-região central da zona da Mata de Minas Gerais, que corresponde aos atuais municípios de Ubá e de Visconde do Rio Branco e a todos que destes se emanciparam, entre as últimas décadas do século XVIII e o fim do século XIX.¹

No início da pesquisa, as questões fundamentais que se colocavam eram as seguintes: 1. quais as conseqüências do parcelamento ou da concentração fundiária ao longo do período? e 2. em que momento essa sociedade começou a experimentar as transformações determinadas pela introdução de inovações técnicas nos seus processos de produção, i. e., em que momento começou a alterar-se o seu **modo material de produção**? Em síntese: interessava-nos de início a maneira como os modos de produção vigentes ao longo de todo o período colonial entraram em crise e se extinguíram. Pensei a princípio ser possível um estudo que, para além da análise das mudanças operadas no âmbito das relações de produção, enfatizasse as transformações ocorridas pela introdução de um **novo modo material de produção** — o capitalismo. Para outros caminhos conduziram-me os dados coletados nas fontes que acreditei capazes de responder às indagações originalmente postas. Encontrei-me diante de uma sociedade submetida menos a um processo de corrosão provocado pelo contato com o capitalismo — contato que se resumia ordinariamente à compra de manufaturados estrangeiros e à venda de café — do que às contradições inerentes a esses modos de produção.² O objetivo continuava a ser o estudo da transição das estruturas de produção coloniais para formas capitalistas, mas elementos da análise tiveram de ser substituídos.

¹ Neste trabalho foi adotada a divisão municipal vigente ao longo do século XIX. As características econômicas gerais de toda essa região foram tratadas em CARRARA, A. A. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993 (dissertação de Mestrado). A coleta de material junto aos inventários do município de Ubá entre 1840 e 1886 foi feita com o apoio do CNPq, que financiou a bolsa de iniciação científica (categoria PIBIC) para a discente do Curso de História da UFOP Gabriela de Almeida Figueiredo.

² Lembremos aqui de Ladurie: *c'était la mésaventure classique; j'avais voulu m'emparer d'un document, pour y déchiffrer les certitudes de ma jeunesse; et c'était le document qui s'était emparé de moi, et qui m'avait insufflé ses rythmes, sa chronologie, sa vérité particulière*. (LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Les paysans de Languedoc*. Paris: Flammarion, 1969. p. 6).

Parte-se aqui do pressuposto teórico segundo o qual, ao longo do século XVIII, dois modos de produção fixaram-se no território da Capitania de Minas Gerais: o escravista e o camponês. Adiante, porém, que a predominância de um e outro nas sub-regiões da zona da Mata deveu-se em larga medida, a partir dos fins do século XVIII, aos diferentes processos de ocupação territorial e aos movimentos de população a eles característicos, os quais, por seu turno, determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região, bem como os padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias.

Antes de mais, no entanto, ressalte-se que os processos de produção distintos que aqui o modelo vai referir, estão concretamente em diálogo constante, quotidiano. O escravismo fornecia à constelação de roceiros e pequenos lavradores o ideal de máxima ascendência social; atuava como núcleo de um campo gravitacional que influía poderosamente sobre a lógica particular do modo de produção camponês, por mais que os elementos internos deste opusessem resistência (especialmente seu baixo nível técnico e sua capacidade de acumulação limitada). Por isto, não se pode retirar dos lavradores não escravistas alguma capacidade de adquirir escravos. Isto dependia da capacidade — de cada unidade de produção — para participar em graus variáveis de alguma atividade agrária mercantil. Onde e quando fora possível, houve um esforço da parte de muitos lavradores para participar da produção destinada ao mercado, e assim migrar nem tanto para o modo escravista, mas para algum tipo de produção mercantil que comportasse formas intermediárias de produção capitalista. Ademais, tanto as unidades de produção mercantis/escravistas podiam encerrar formas camponesas, quanto as camponesas podiam incorporar formas mercantis/escravistas, como já apontado pelo Prof. Ciro Cardoso³. Contudo, era **o caráter dominante em cada uma delas num determinado período o que as distinguia.**

Creio que o modelo assim expresso seja capaz de suportar a intensa flexibilidade que as condições objetivas engendram. Dadas as variadas possibilidades concretas, é fácil perceber a existência de uma zona mal definida de produtores originalmente camponeses que se vêem circunstancialmente arrastados para a produção escravista mercantil.

Não é novidade para historiografia brasileira a tendência a uma relativa proletarização e a um acesso cada vez mais restrito ao escravo e à terra

³ CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. *Agricultura, Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: 1979, p. 52; 1983, p. 45-6.

pelos lavradores desde o fim do tráfico de escravos.⁴ Aqui no caso, porém, outros fatores foram mais importantes: a pulverização da propriedade rural e a conseqüente incapacidade de as unidades de produção diminutas acessarem um mercado cada vez mais importante.

Escapa aos objetivos deste estudo a análise da industrialização e do lugar dela no conjunto das transformações estruturais dos processos de produção vigentes nessa região. O que não nos impede, contudo, de identificar a forma como um novo modo material de produção — o modo **industrial**, a falar com rigor sobre uma característica essencial do capitalismo — penetra nessa área.

Inevitável, neste ponto, não lembrar do debate clássico sobre a questão agrária, conforme ocorrera na Rússia no início do século XX [cf. <http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>]⁵. Todavia, o cerne da matéria naquele momento não era realmente econômico: o que se discutia era a possibilidade de sobrevivência do campesinato num sistema socialista de produção [cf. <http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>]⁶. Marx e seus

⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio*, os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 [1993]; CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974]; EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; FÁRIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos de Goitacazes, 1850-1920*. Niterói, ICHP/UFF, 1986 (dissertação de Mestrado). O capitalismo na Europa introduziu outras mudanças: *na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário, à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado* (MARX, Karl. *O Capital*, cap. XIII, 10). Paralelamente à expansão cafeeira ocorreu uma concentração da propriedade de terras e de escravos, com conseqüente exclusão de um grande número de indivíduos despossuídos. Contudo, *é preciso reconhecer que tal processo também permitiu que muitas pessoas, igualmente não tão abastadas como a elite agrária e mercantil, continuassem na localidade e auferissem benefícios gerados pela economia cafeeira*. MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba. *LOCUS: Revista de História*. 4(2), 1998, p. 35-54.

⁵ Um excelente levantamento do debate teórico sobre a reprodução do campesinato e suas relações com o capitalismo está disponível por **The Era Project**, “Peasant Social Worlds and their Transformations”, do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Manchester, no Reino Unido (<http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>); conforme é assinalado em sua página introdutória, trata-se de um projeto que *explores the transformation of rural societies in the Twentieth Century*. Em seu *history room*, são oferecidas informações suplementares sobre a maneira como mudanças globais afetaram os povos em diferentes partes do mundo em momentos particulares da História.

⁶ *what really preoccupied the classical Marxist thinkers was a political question: would the peasants act as allies in the struggle to achieve socialism, or were they ultimately reactionary, counter-revolutionary element?* <http://nt2.ec.man.ac.uk/multimedia/Default>: *Classical Marxism and the Agrarian Question*. A

seguidores viram no capitalismo uma força historicamente progressista em termos objetivos: apesar de o capitalismo ser em si um sistema desumano e explorador, também criava a possibilidade de um tipo de sociedade que era materialmente mais próspera e infinitamente mais humana do que as que o precederam. Isto porque o capitalismo engendrava um desenvolvimento das forças materiais de produção sem precedentes na história, um avanço na direção do domínio da natureza pela humanidade. A análise econômica de Marx levou-o a crer que o campesinato não poderia sobreviver a longo prazo.⁷

As reflexões de Marx sobre a economia camponesa foram sistematizadas por Aleksandr Chayanov em sua obra *Teoria da Economia Camponesa*, de 1921, na qual tentava demonstrar ser perfeitamente possível o desenvolvimento da economia camponesa sob o socialismo. Devo concordar que o título de seu texto clássico — *A teoria da economia camponesa* — é mal dado, na medida em que essa teoria assume condições históricas muito específicas — a Rússia revolucionária. Entrementes, o tratamento dado por ele à matéria tem sido instrutivo, na medida em que oferece uma visão sistematizada da natureza da produção camponesa, como veremos adiante.

O objetivo primário da produção camponesa é fornecer um padrão mínimo de sobrevivência para a família: os camponeses estavam originalmente interessados na produção de valores de uso. Nem todas as unidades de produção camponesas eram auto-suficientes em tudo aquilo de que precisavam para consumir, mas muitas trocas nos mercados camponeses eram simplesmente **trocas de valores de uso**. No processo interno da produção, a quantidade de trabalho despendido por cada um dos membros de uma unidade camponesa seria inversamente proporcional ao número de consumidores dependentes que deviam ser sustentados. Unidades de produção camponesas com muitos filhos pequenos e sem participação no processo produtivo, por exemplo, exigiam uma quantidade de trabalho muito maior de seus membros adultos do que uma unidade de

isto opunha-se frontalmente Lenin. Cf. especialmente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ou mesmo *Estado e Revolução*. Chayanov sustentava que, como a economia camponesa tinha uma lógica particular própria, sem relação com o capitalismo, a sociedade socialista poderia desenvolver-se sobre a base das famílias camponesas individuais e das instituições cooperativas de diversos tipos.

⁷ *O Capital*, Livro III, cap. 47, especialmente 4 (*A renda monetária*) e 5 (*a propriedade camponesa — das bäuerliche Parzelleneigentum*).

produção na qual trabalhavam a maior parte de seus membros (*equilíbrio consumo-trabalho*).

Esse padrão mínimo de sobrevivência exigia que uma parte extra — ou excedente — da produção fosse destinada à reprodução das condições de existência dos lavradores. A produção de um excedente agrícola deveria, pois, ser empregada no suprimento de dois fundos: um primeiro incluía as sementes para a colheita futura, assim como animais de tiro ou instrumentos que eventualmente deveriam ser substituídos; um segundo — para a satisfação das obrigações sociais — consistia no *quantum* necessário para manter suas relações sociais (casamento, batizados e outros rituais característicos de sociedades rurais), além de tributos ao Estado ou à Igreja. Ao primeiro podemos denominar “fundo de reprodução simples”, e ao segundo “fundo de reprodução social”.

Não é um quadro tão simples o que encontraremos na sub-região central da zona da Mata. Mencionou-se anteriormente que as unidades de produção camponesas encontravam-se nas vizinhanças das grandes unidades de produção escravistas, fundamentalmente produtoras de algum gênero agrícola destinado ao mercado. Como as propriedades camponesas e escravistas dispunham do mesmo nível técnico **no processo material de produção** — isto é, enxadas, foices e machados — abria-se a possibilidade para alguns lavradores que possuísem os meios de produção adequados, especialmente terras, para participarem em pequena escala da agricultura mercantil, especialmente da cafeicultura. Não obstante, alguns fatores atuaram de modo corrosivo sobre as estruturas camponesas nessa sub-região, que muito precocemente viu surgir sistemas intermediários de trabalho — arrendamentos e parcerias, por exemplo — antes da constituição de um proletariado rural.

Em Minas, as estruturas familiares de produção sobreviveram enquanto tiveram à sua disposição o principal recurso — terras nas áreas de fronteira. Em algumas regiões, como o vale do rio Doce, esta fronteira só se fechou em meados do século XX. Mas na região estudada neste trabalho, desde a década de 1840 a fronteira deixara de existir, e os lavradores passaram a não mais poder contar com a ocupação de parcelas novas para a reprodução do seu modo de existência. O fechamento das fronteiras atuou como o principal elemento de destruição desse modo de produção.

2. Metodologia e Fontes

Se o escravismo deixou registros abundantes do funcionamento das suas estruturas, não se pode dizer o mesmo do campesinato. Como

aprender essa parcela da sociedade tão pouco afeita a deixar vestígios de si própria? É como se a auto-suficiência que lhe caracterizava a produção da vida se refletisse na indigência documental. Existem, entretanto, indícios importantes para o século XVIII e primeiros anos do século XIX: além dos róis de desobriga, assentos de batismo, matrimônio e óbito, listas nominativas de habitantes e de dízimos, característicos do período colonial, há, para o século XIX, os inventários, os libelos cíveis, os livros de notas. Quando cuidadosamente vasculhados, fornecem informações indispensáveis. Infelizmente, porém, muito escassas. Devo reconhecer que essa escassez documental muitas vezes deixa ao desamparo os pressupostos teóricos aqui adotados.

A distinção estabelecida anteriormente — entre os dois processos de produção — foi o critério fundamental para o tratamento dos dados fornecidos pela documentação, a qual, dada a natureza deste estudo, consistiu especialmente dos inventários *post-mortem*, porquanto permitem uma análise qualitativa das transformações que iam ocorrendo ao longo do século XIX. A análise quer-se qualitativa porquanto buscou-se verificar qual o ritmo de introdução de inovações técnicas nos processos de produção agrária. O dispor de vasta e completa documentação para os municípios em questão possibilitou o acompanhamento contínuo junto à documentação desde os fins do século XVIII.

Juntamente com as escrituras de compra e venda de bens imóveis, procurou-se analisar, em particular, o padrão de propriedade rural, o instrumental agrícola, e, na medida do possível, o conjunto das técnicas rurais.⁸

Evidentemente, foram também sistematizadas as informações respeitantes ao monte-mor, número de filhos e o número de escravos. Ao invés de quadros já tornados tão recorrentes e redundantes na historiografia, onde a participação de cada categoria de bem no conjunto da fortuna de cada fogo é demonstrada, busquei estabelecer:

⁸ Sobre estas últimas, LYNN SMITH fizera notar a diferença entre o sistema agrícola do sul da Europa e de suas colônias latino-americanas e aquele empregado no norte da Europa, Estados Unidos e Canadá. No primeiro caso, o sistema agrícola constituía-se do arado de madeira, do carro de bois (*tão vagaroso, tosco, mal equilibrado e ineficiente*) e um forte apoio na força do boi. No segundo caso, o sistema agrário era caracterizado pelo pequeno arado de ferro ou aço, pela carroça de quatro rodas e pela “coleira” de cavalo e outros traços culturais relacionados com o atrelamento adequado de animais de tiro à maquinaria e aos veículos. Cf. SMITH, T. LYNN. Sistemas agrícolas. *Revista Brasileira de Geografia*. 9(2), p. 159-178.

1) a relação mercantil entre as diversas categorias de bens, especialmente terras e escravos;

2) a variação dos preços de cada categoria, especialmente dos valores máximos atingidos pelos escravos com idades entre 18-30 anos e pelo alqueire de terra (segundo suas diferentes qualidades).

Dadas as possibilidades oferecidas pela documentação, este estudo abrange a toda a Mata central (à exceção do território do município de Rio Pomba) até 1854. A partir desta data, a pesquisa está centrada no município de Ubá.

A apresentação dos dados em quadros e gráficos não me impediu de descrever mais amiudadamente alguns lares rurais e urbanos — aqueles que julguei conter o maior número de características dessa sociedade, e, em relação aos quais todos os demais seriam repetição matizada: maiores e menores fortunas, e entre eles, inúmeras gradações: um escravo a mais ou a menos, alguns alqueires de terra a mais ou a menos, etc.

O notariado forneceu as informações respeitantes às alterações no padrão de operações de compra e venda de bens imóveis. Entre as cartas de sesmaria e os registros de terras da década de 1850, e entre este e o censo de 1920, pode-se estabelecer com certa precisão a natureza do movimento de ocupação territorial — aquilo que Le Roy Ladurie denominou uma ‘imensa respiração de uma estrutura social’.⁹ Os registros de notas são para a propriedade da terra o equivalente dos registros eclesiásticos dos sacramentos. O movimento das estruturas fundiárias permite compreender esse momento de transição. Contudo, não dispomos de cadastros municipais da propriedade fundiária senão a partir de uma data muito tardia (a década de 1940). Mas há fontes alternativas que podem ser bastante úteis.

Com base nas listas do pagamento dos dízimos, procurei noutro lugar estabelecer as paisagens rurais dominantes em cada uma das freguesias da Capitania de Minas Gerais, de 1722 a 1830.¹⁰ Esta responsabilidade coube, aqui, aos inventários.

⁹ LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Les paysans ...*, p. 6.

¹⁰ CARRARA, Angelo. A. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. É possível prosseguir a tarefa para o século XIX, não obstante a série dos dízimos extinguir-se em 1835. Há, no entanto, outras fontes importantes que permitem um levantamento razoavelmente abrangente e seguro da distribuição das culturas no interior da Província de Minas, antes dos censos de 1920 e 1940, os quais, aliás, serviram de parâmetros insubstituíveis. Dentre essas fontes, merecem especial menção alguns relatórios da Presidência da Província, como o citadíssimo de 1855. Há, ainda, o relatório de SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritivo especial da*

Desnecessário mencionar que o recurso a folhas topográficas de diversos períodos foi indispensável. Desde o mapa preparado em 1847 por João José da Silva Teodoro e que acompanha seu relatório, até a Carta do Brasil ao milionésimo, da década de cinqüenta, as folhas precisam os dados fragmentários colhidos nas fontes manuscritas, especialmente no que respeita à distribuição da propriedade fundiária.¹¹

No primeiro capítulo serão esboçadas as características das três sub-regiões da zona da Mata. No segundo, estuda-se a transformação das paisagens naturais e agrárias da zona da Mata central entre o início da ocupação territorial e os meados do século XIX. O terceiro capítulo trata dos movimentos da estrutura fundiária, isto é, o parcelamento e concentração da propriedade do solo ao longo do século XIX. Finalmente, o quarto capítulo pontua alguns dos elementos que caracterizaram os anos finais dos modos de produção pré-capitalistas.¹²

Província de Minas Gerais em que se descreve com particular atenção todos os ramos de sua lavoura, indústria e comércio. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1878.

¹¹ TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província.* Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847. Há ainda o *Mapa do Termo do Presídio e de São João Nepomuceno*, que originalmente acompanhava o relatório de João José da Silva Teodoro e que se encontra hoje no Arquivo Nacional (Seção de Documentação Cartográfica, PD 04).

¹² Ao longo deste trabalho foram empregados dois sinais: # e ##, significando, respectivamente, “número” e “números” dos inventários e das escrituras de compra e venda de propriedades rurais.

Capítulo I As zonas da Mata

A distinção entre as regiões da zona da Mata de Minas Gerais não é recente. Ao estudar os dados do censo de 1940, Elza de Souza distinguiu três sub-regiões: norte, central e sul.¹³

No que corresponderia à zona da Mata norte, a autora estabelecia ainda uma diferença entre os municípios situados na margem direita (Aimorés, Resplendor, Inhapim), e aqueles situados na margem esquerda do rio Doce (Governador Valadares e Conselheiro Pena). Nos primeiros, a área média de propriedade era inferior a 60 hectares, 40% da sua área produtiva era dedicada à agricultura e neles era ainda muito importante a exploração de madeiras para lenha e carvão para a indústria siderúrgica. Cerca de 60% de seus territórios eram ocupados por propriedades rurais e 30% por de matas virgens. Já os segundos constituíam a autêntica zona de fronteira, onde apenas metade da área era ocupada por sítios e fazendas. Esta área compartilhava as estruturas com o Norte do Espírito Santo.

A zona da Mata central, constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo, situava-se na isaritma de 60 hectares, isto é, a área média de propriedade era menor que esse valor. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupados por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região. Nesta sub-região a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares.

Na zona da Mata sul — vales do Paraíba e dos seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba — as propriedades eram menos divididas. A área média era superior a 79 hectares, e possuía em média menos de 34 habitantes por km². Desta sub-região participavam os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Santos Dumont. Mais de dois terços desses municípios eram ocupados por pastagens.

Estas importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, que sempre tratou a zona da Mata como uma região com características homogêneas.¹⁴

¹³ SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar.1951, 13(1), pp. 52-3.

Desde o início do século XIX, os diferentes processos de ocupação territorial e os movimentos de população a eles característicos determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região (por conseguinte, dos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias), e a natureza distinta de cada um dos processos de produção estabelecidos em cada uma das sub-regiões da Mata.

1. A ocupação territorial

A expressão ‘ocupação territorial’ refere-se aqui tão somente à fase inicial de implantação dos diferentes modos de produção. Por isso, há ‘ocupações territoriais’ consoante a natureza diversa dos modos de produção que se iam estabelecendo. A primeira porção da Mata a começar a ser ocupada, ainda em meados do século XVIII, foi o norte — o *sertão do Cuieté*, tido como infestado dos temerosíssimos botocudos supostamente antropófagos. Correspondia aos vales dos rios da margem direita do rio Doce, até Ponte Nova e Manhauçu, por óbvia razão da maior proximidade das sedes das freguesias mais orientais do termo de Mariana: Furquim e Barra Longa. Através dos livros do dízimo desde 1750 é possível mesmo estabelecer os movimentos de avanço da fronteira oriental mineira pertencente àquele termo. O início da ocupação do vale do rio Piranga data da década de 1740.¹⁵ Mas é um avanço titubeante, **ameaçado por** e **ameaçador para** os índios. Daí os conflitos inevitáveis. Em 1749, o casal Joana Pires e Miguel Matos viviam no seu sítio à beira do rio Xopotó *nas vizinhanças do gentio*, onde plantavam fumo.¹⁶ No ano seguinte, a esposa de Antônio Gonçalves Pedroso, Faustina Gonçalves, fora morta pelo gentio. O viúvo, também ferido pelas flexas, resolveu então mudar *seu sítio e deixá-lo deserto por estar este sítio na paragem donde costuma sair o gentio e tem feito várias mortes e insultos*.¹⁷ Talvez estes fatos expliquem a representação que os moradores da freguesia de Guarapiranga fizeram a D. João V, dando conta da *consternação ... devido aos ataques dos índios, que destruíam fazendas e matavam*

¹⁴ Cf. a esse respeito, CARRARA, A. A. *A zona da Mata mineira ...* 1993.

¹⁵ Cf. carta de sesmaria de Francisco Leite de Brito — Arquivo Público Mineiro, *Seção Colonial*, 72, 177v, 1741.

¹⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II, 55, 1.254.

¹⁷ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I, 10, 375.

habitantes.¹⁸ Cinco anos mais tarde, eram os *excessos cometidos contra os índios residentes nas vizinhanças de Guarapiranga* que eram denunciados ao rei.¹⁹

Os róis de desobriga permitem ver esse movimento migratório para a freguesia da fronteira leste do termo de Mariana, Barra Longa: em 1780, 1790 e 1800, o rol acusou, respectivamente, 3.427, 3.468 e 3.807 almas de confissão.²⁰ Contudo, dada a sua grande extensão territorial, todo o vale do Rio Doce permaneceu, até a Primeira República, como uma extensa área de terras devolutas que até aos primeiros anos do século XX era coberta pela floresta tropical. O estudo do censo de 1940 visto anteriormente é muito contundente a este respeito.

Antes do café, e além da agricultura de subsistência, a primeira cultura mercantil sub-regional foi a da cana-de-açúcar. Em Ponte Nova prolongou-se uma tradição colonial: a produção de açúcar e aguardente. A região mais oriental dessa região, contudo, contaria sua história de ocupação territorial e de conquista do solo aos (e em alguma medida também pelos) índios apenas no século XX.²¹ Mas apesar de sua inserção tardia nas produções mercantis, e sua baixa concentração de população escrava, não faltaram à sub-região norte algumas grandes unidades de produção escravistas. Em 1886, José Alves de Souza possuía nas suas fazendas Jatiboca e Segredo (no atual município de Ponte Nova), com duas sesmarias de tamanho, ou cerca de 450 alqueires, e vinte mil pés de café plantados, uma excelente mobília, cinqüenta e oito escravos, 970 arrobas de café em coco, 50 arrobas de

¹⁸ “Representação dos moradores da freguesia de Guarapiranga, 1750” — Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 55, documento 25.

¹⁹ “Carta de Silvério Teixeira, juiz de fora de Mariana, informando D. José I acerca da devassa que mandou proceder contra Antônio Pereira dos Santos, devido aos excessos cometidos contra os índios residentes nas vizinhanças de Guarapiranga, 1755”. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 67, doc. 56. Ainda neste mesmo fundo arquivístico existe uma carta de 1772 do Conde de Valadares ao Marquês de Pombal informando sobre um índio tratado como escravo na fazenda de um cônego da Sé de Mariana (Caixa 103, documento 87). Três anos mais tarde os oficiais da Câmara de Mariana representavam também ao Conselho Ultramarino acerca de violências praticadas pelos índios (Caixa 108, documento 75).

²⁰ Para o movimento demográfico geral de todo o termo de Mariana no último quartel do século XVIII cf. CARRARA, A. A., *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais; 1674-1807*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. cap. 2 (Tese de Doutorado).

²¹ Devem ser lembradas aqui as valiosas fotografias que Álvaro da Silveira tirou dessa região nos primeiros anos do século XX, além dos relatos que as acompanham: SILVEIRA, Álvaro. *Memórias corográficas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922-4, v.2: 521-50.

algodão em rama (na fazenda Segredo), setenta carros de milho, 150 porcos, 59 reses, treze cavalos e burros; e além dos pertences do engenho, um debulhador ordinário de milho.²²

As articulações nessa sub-região fizeram-se sempre mais estreitas a partir e em conexão com Mariana. Exemplo bem nítido das “coseduras” sub-regionais dá-nos o inventário de José Anastácio Alves Lira, de 1826. Em sua fazenda Mainart, no distrito do Sumidouro, além das *casas de vivenda de sobrado, senzalas, paiol, moinho, engenho de mandioca*, possuía *rancho de passageiros e capela separada*, e uma venda onde comerciava mantimentos, aguardente da terra e do Reino e vinho do Porto. Seus devedores residiam nos povoados de Saúde, Santa Rita do Turvo, Cristais, Tapera, Brumado, Presídio, Varge, Manja Léguas, Sumidouro, Piranga, Xopotó, Mercês do Pomba, Barra do Bacalhau, Rio Casca, Mata-Cães, Salto Alto, Pinheiro, Passagem, Calambau, Ponte Nova, Pomba, Ouro Preto, Passa Cinco, Senhora de Oliveira, Mariana, Taboões.²³

A porção central da Mata, compreendida basicamente pelo vale do rio Pomba, seguiu esse movimento, com a diferença de ser o núcleo de maior concentração da população indígena. Em meados da década de 1750, houve um pequeno movimento migratório para o descoberto de Arrepiados (atual município de Araponga), na serra do Brigadeiro, mas logo interrompido em razão da exigüidade da extração. Em 1767 o governador da Capitania decidira fundar naquelas paragens um grande aldeamento central que recolhesse os índios coropós, coroados e puris, habitantes dessa área, e no ano seguinte foi instalada a *Freguesia do Mártir São Manuel dos Índios Croatos e Cropós dos Sertões dos Rios da Pomba e Peixe*. Também os róis de desobriga indicaram o movimento migratório para essa sub-região: as duas freguesias de Piranga e Rio Pomba passaram, respectivamente, das 10.087 e 1.179 almas de confissão em 1780, para 10.906 e 4.815 em 1800.²⁴ Além desse movimento, a própria incorporação dos índios à população imigrante da freguesia é percebida pelos registros fragmentados de assentos de batismo da freguesia de Rio Pomba.²⁵ Esse grande fluxo migratório arruinou o projeto de 1768 do governo da Capitania para o estabelecimento de um aldeamento central no Pomba. Já em 1789, os índios cropós e croatos

²² Inventário de José Alves de Souza, Arquivo Público Municipal de Ponte Nova.

²³ Inventário de José Anastácio Lira, Arquivo do Primeiro Ofício Cível de Ubá, # 8.

²⁴ CARRARA, A. A., *Agricultura e Pecuária ...*, cap. 2.

²⁵ Custodiados hoje pelo Museu da Cidade de Rio Pomba.

solicitavam ao rei *a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus*.²⁶ A esta imigração vinha juntar-se a concessão de sesmarias, que provocava inevitáveis conflitos.²⁷

Interrompida em 1808, quando uma carta régia (de 13 de maio) praticamente declarou guerra aos ‘botocudos antropófagos’ acusados de atacar fazendas na região, a *catequese dos índios* foi retomada em 1813 na região, com a nomeação de Guido Tomás Marlière para a direção dos aldeamentos a serem criados.²⁸ Consolidou-se, destarte, ao invés de um processo de extermínio, uma convivência forçada entre índios e ‘brasileiros’ — o termo é de Marlière — por intermédio da manutenção, pelo governo provincial, de três aldeamentos indígenas. Deve igualmente ser lembrada a própria capacidade de Marlière para impor procedimentos com o objetivo de ‘civilizar’ os índios, como se depreende do expediente das Divisões sob seu comando, e dos relatórios apresentados ao governo da Província — totalmente publicados pela *Revista do Arquivo Público Mineiro* (volumes 10, 11 e 12), e corroborados pela lista dos habitantes da freguesia dos aldeamentos, de 1821.²⁹

A convivência entre as duas culturas promoveu principalmente a sedentarização dos índios, que receberam terras, e delas dispuseram, conforme se vê nos Registros de Terras da paróquia de Ubá e de Visconde do Rio Branco, e na própria correspondência de Marlière. Segundo um relatório de 1833, cada pai de família índia recebia o equivalente a um quarto de sesmaria de terras, ou seja, cerca de 100 hectares.³⁰ Ao lado daqueles ‘ex-índios’ que de algum modo conseguiram sedentarizar-se e estabelecer um padrão familiar de produção agrária, permaneceram existindo por algum tempo ainda alguns índios semi-nômades, que se tornariam agregados das fazendas, caboclos com permissão de terem sua morada nas terras de proprietários rurais, muito particularmente no

²⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 132, documento 32.

²⁷ Em 1799 o padre Manuel de Jesus Maria enviara carta para o governador da Capitania expondo sobre o prejuízo para os índios a concessão de sesmarias pelo governo. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, caixa 149, documento 62.

²⁸ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10: 392-3.

²⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códice 398. Publicado em CARRARA, A. A. *Uma freguesia na fronteira da Capitania de Minas Gerais*. Mariana: Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999. (Série DOCUMENTA, 1).

³⁰ “Adenda às Efemérides Mineiras”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 9 [1904], p. 89-174, p. 127.

município de Cataguases, fronteiro com a área dominada pelas grandes lavouras de café, até meados do século XIX.³¹ Conviviam com estes nativos sedentarizados ou semi-sedentarizados, mas em progressivo processo de aculturação — o *contato dissolvente*, na palavra de Gilberto Freire³² — os migrantes egressos da periferia das minas. A eles se deve a fixação de um determinado processo de produção baseado na pequena e média propriedade territorial produzindo para o autoconsumo ou para um comércio local. Deve, por isso, ser caracterizada como uma região formada predominantemente por uma população camponesa. Na lista nominativa da freguesia do Presídio, por exemplo, dos 590 fogos listados em 1821, 432 (73%) não possuíam escravos, e 96 possuíam até três escravos. Cinquenta e um proprietários de cinco escravos ou mais detinham 75% do total da população escrava desta freguesia. O que se quer realçar aqui é antes a difusão do modo de produção familiar, no qual vive a grande maioria da população dessa sub-região.

Obviamente, também havia latifúndios escravistas. O maior proprietário de terras da região da Mata central, Antônio Januário Carneiro [1778-1828], comerciante e capitão-mor da freguesia de Piranga, comprou quatro sesmarias nas imediações de Ubá, e para aí transferiu *família, escravos e rebanhos* em 1805.³³ Em 1821 mantinha um engenho para a produção de aguardente, com trinta escravos e dois empregados. Nessa época, a principal cultura da freguesia de São João Batista do Presídio destinada ao mercado era a produção de açúcar e cachaça, feita por quarenta engenhos de moer cana, que utilizavam 245 escravos e 65 empregados. Esses quarenta engenhos concentravam a quinta parte do total de escravos de toda a freguesia.

Em 1828, Marlière noticiava: os 300 coropós concentrados em Rio Pomba eram *cultivadores todos, e de grandíssima utilidade aos fazendeiros disseminados no terreno que habitam, que entraram com poucos ou nenhuns escravos, e não deixaram de promover, com ajuda dos índios, o degrau eminente de cultura e comércio em que se acha hoje a Pomba*. No Presídio viviam ainda 700 índios coroados, *todos cultivadores, mas divertidos da própria cultura pelos negociantes de poaia que os ocupam a maior parte do ano; mais de uma terça parte desta nação se passou para o*

³¹ TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província*. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847. p. 21.

³² FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954 [1933], vol. 1, p. 242.

³³ MORAIS, Rui. *Ubá Imperial* [1940-50]. Ubá, Academia Ubaense de Letras: 1988. p 3.

*território de Manuelburgo onde formou novas aldeias, e serve para industrializar os puris ali aldeados em 1819, aos trabalhos rústicos, fora o tempo de colher a poaia.*³⁴

O movimento característico dessas unidades de produção familiares, foi o da ocupação das áreas da fronteira, e a conseqüente constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento, como fizeram em 1815 os residentes da região de Ubá, ao assumirem o compromisso pela fundação e manutenção de uma capela no lugar.³⁵

Quanto à parte sul da Mata, seu processo de ocupação só se iniciou efetivamente a partir de 1817, quando proprietários de lavras na região das minas migraram para o vale do rio Paraíba do Sul, para aí estabelecer a cafeicultura de base escravista. Essa corrida às terras livres do sul da Mata só foi possível porque os índios desta área ou foram atraídos para os aldeamentos do Presídio e de Guidoal, onde fixaram-se, ou foram expulsos, ou passaram a vagar pelas fazendas da zona fronteira entre a Mata central e sul, na condição de agregados, como relatava Teodoro em 1847. Na realidade, a região da fronteira política entre as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo — o vale do rio Paraíba — adquirira nesse momento um perfil próprio. Formaram uma ‘província’ à parte, onde algumas poucas famílias proprietárias ocupavam toda essa região. Além disso, o padrão de utilização da mão-de-obra foi dado seja pela transferência do plantel de escravos, que cada um dos proprietários de lavras possuía, para as lavouras de café, seja pela importação continuada de cativos possibilitada pela entrada de recursos originários da venda do novo produto. Este procedimento foi mantido até as vésperas da Abolição.

Iniciada no primeiro quartel do século XIX nas circunvizinhanças de Mar de Espanha, Juiz de Fora e Rio Preto, a produção cafeeira de exportação já consolidada nas ribeiras do Paraíba do Sul começou a avançar a partir de 1850 para a parte oeste e norte da área.³⁶ Pode-se assim caracterizar essa primeira área de Minas a produzir café em larga escala como a sub-região onde se estabeleceram os maiores proprietários de terras

³⁴ “Divisão Geral dos Índios de Minas Gerais. Golpe de vista sobre o estado atual da civilização dos mesmos” e “Mapa fazendo conhecer os aldeamentos das diferentes tribos de índios da Província de Minas Gerais, seu local, população, seu aumento ou decadência e as causas (1828)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 12, 1907[1908], p. 499.

³⁵ “Guido Tomás Marlière: notícias e documentos sobre a sua vida”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10 (3-4), 1906, p. 3-254, pp. 405-6.

³⁶ TAUNAY, Afonso d’Escragnole. *História do café no Brasil*. Rio, Departamento Nacional do Café, 1939. v.3, tomo 1, p. 278-9.

e escravos da província. Sua proximidade com a província do Rio possibilitou o estabelecimento de relações econômicas, políticas e matrimoniais entre os fazendeiros de ambas as margens do rio Paraíba, e onde **exclusivamente** se encontravam todos os titulares do Império da Mata.

As terras dos atuais municípios de Mar de Espanha e Leopoldina começaram a ser apropriadas a partir de 1817 por meio de sesmarias. Vinte e três anos depois, as fazendas da café desses municípios estavam consolidadas em enormes unidades de produção voltadas para a exportação, e seus proprietários eram também os responsáveis pela construção da rede viária necessária ao escoamento da produção até o porto do Rio de Janeiro. Em Leopoldina, além da cessão da maior parte das terras disponíveis ou pelo menos das mais férteis, no ano de 1818, ocorreu ainda a tomada de grandes extensões das terras devolutas restantes por membros da família Monteiro. Esta família conseguiu apropriar-se de um vasto patrimônio agrário, cuja distribuição foi muito facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da capitania e depois da província: o comendador Manuel José Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial) e o desembargador e ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros. Só o comendador Manuel José obteve a concessão de quatorze sesmarias. No total, oito membros da família possuíam vinte e quatro sesmarias.³⁷

Em Mar de Espanha, os irmãos Ferreira Leite, procedentes de São João del Rei, foram exemplos mais conspícuos desse processo de ocupação das terras. Um deles, Custódio Leite Ribeiro, Barão de Aiuruoca, depois de passar por Barra Mansa, Piraí, Vassouras e Valença, fixou-se definitivamente com o irmão Francisco em Mar de Espanha. Outros parentes seus, no entanto, já se haviam fixado em Rio Preto, Porto das Flores, Valença e Porciúncula a partir de 1817.³⁸ George Gardner, ao visitar suas fazendas em 1841, relatou que a produção dos cafezais na propriedade do Barão de Aiuruoca atingira a dez mil arrobas, e na de Francisco, onze mil, além de queijo, açúcar e aguardente vendidos aos mercados do Rio de Janeiro.³⁹ O patrimônio acumulado com a cafeicultura pode ser avaliado pelo inventário de Francisco Leite Ribeiro (1780-1844), irmão do Barão de

³⁷ Arquivo Público Mineiro, *Registro Paroquial* 114.

³⁸ RIBEIRO, Armando Vidal Leite. *Família Vidal Leite Ribeiro*. Rio de Janeiro, 1955. pp.39-42.

³⁹ GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942 [1846]. pp. 447-8.

Aiuruoca. Nele foram arrolados 228 escravos, e um montante líquido de mais de mil contos de réis, uma das maiores, senão a maior fortuna da província à época. No testamento inserto no processo de inventário de Francisco Leite Ribeiro, ele explicava a origem das dezessete sesmarias: *tenho algumas sesmarias em nome de meus filhos, digo, de alguns, mas só me servi de seus nomes, e o fiz a benefício de todos.*⁴⁰ Ora, na mesma época em que obtivera essas dezessete cartas de sesmarias, Francisco Leite Ribeiro possuía uma roça com engenho na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, do termo de Barbacena, na qual trabalhavam trinta e seis escravos.⁴¹ Essa fortuna prévia explica as possibilidades de estabelecimento de suas fazendas de café em Mar de Espanha pouco depois.

É verdade que, cem anos antes, quando da abertura do Caminho Novo ligando o Rio de Janeiro à região mineradora central, ocorrera um processo de ‘ocupação territorial’ também concentrador nas imediações de Juiz de Fora. No entanto, se as terras ocupadas a partir do início do século XVIII destinaram-se à produção de mantimentos postos à venda ao longo do Caminho aos passageiros, no século XIX elas se destinavam à produção de café para exportação. Portanto, o padrão de ocupação característico do século XIX só teve início a partir do primeiro quartel do século XIX, integrado ao processo geral de montagem das unidades produtivas agroexportadoras do vale do Paraíba. Uma parte significativa daqueles que receberam as sesmarias transformaram-nas em latifúndios cafeicultores da região de Juiz de Fora provinha do Campo das Vertentes, Barbacena e São João del Rei.

2. A distribuição sub-regional da população escrava

Ao longo do século XIX consolidou-se em cada sub-região da Mata um padrão distinto de distribuição da propriedade fundiária e de participação da população escrava em relação à população total de cada um dos municípios da região. Na primeira amostragem disponível (quadro 1), já era entevisto o que tornou-se flagrante no recenseamento de 1872.

⁴⁰ RIBEIRO, A. V. L. *Família Vidal ...*, pp. 243-8/291/297-8.

⁴¹ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, cód. 657: *Relação dos habitantes do distrito dos Remédios do ano de 1819*.

Quadro 1
População do Município de Rio Pomba em 1831

distritos	livres	escravos	total	% escravos
Rio Pomba*	9.488	5.904	15.392	38,35
Leopoldina	339	341	680	50,14
Mercês	1.343	631	1.974	31,96

*inclusive Mar de Espanha.

FONTE: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, PP1, 10, caixa 35.

Quando o recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata — cuja área correspondia a cerca de 5% do território da Província — detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava de Minas Gerais. Por essa época, as diferenças intra-regionais quanto à porcentagem de população escrava já se haviam consolidado à quase totalidade. As cifras diferentes permitem estabelecer uma cartografia da difusão dos modos de produção: quanto mais distante da área da monocultura cafeeira, menor era a participação dos escravos nas lavouras (anexo 5).

Igualmente as taxas da densidade demográfica são-nos instrutivas. As mais baixas taxas de participação de escravos na população total de cada paróquia correspondiam obviamente às regiões de fronteira. Mas não se pode perder de vista que havia paróquias com densidades muito baixas em relação à média do município da qual fazia parte. Assim, em Olaria, a densidade caía para 8,7 hab/km², quando a do município de Rio Preto ela era de 15,22 hab/km², quase o dobro. Outros exemplos poderiam ser buscados para outros municípios das demais sub-regiões. Os 16,83 hab/km² válidos para todo o município de Ubá ocultam densidades mais baixas (Paula Cândido, com 12,35 hab/km²), e muito mais altas (Guidoval, com 34,96 e São Miguel do Anta 29,28). Os 15,30 hab/km² médios de Leopoldina escondiam igualmente a taxa baixíssima de Cataguases (6,02 hab/km²), e as taxas um pouco mais altas de Laranjal (18,92%), Argirita (20,92 hab/km²) e Pirapetinga (21,16 hab/km²). Os 17,69 hab/km² médios do município de Rio Novo eram na realidade uma média entre as taxas da sede (24,18 hab/km²) e dos distritos de Piau (24,36 hab/km²) e de São João Nepomuceno (13,26 hab/km²). Do mesmo modo que o distrito de Santo Antônio do Aventureiro possuía uma densidade demográfica de mais de duas vezes (31,97 hab/km²) a média de todo o município de Mar de Espanha.

Quanto à zona da Mata norte, a densidade demográfica apresentada no quadro não inclui a área correspondente ao município de Manhuaçu, emancipado apenas em 1876. Se isso fosse feito, a taxa desceria para os 6,83 hab/km². Além disso, como esses padrões distintos da produção agrária permaneceram inalterados até os anos finais do escravismo, a demanda por mão-de-obra escrava manteve-se elevada ao sul, enquanto decrescia no centro. Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentara em Juiz de Fora (+7.440), Leopoldina (+748), Cataguases (+4.245), Mar de Espanha (+2.525), Rio Novo (+379), Muriaé (+837). E decrescera em Rio Pomba (-636), Rio Preto (-193), Ponte Nova (-300), Viçosa (-2.857), Ubá e Visconde do Rio Branco (-1.129).⁴² Essas flutuações eram antes as que se verificavam no vale do Paraíba fluminense e paulista. Movimento menos acentuado nas áreas de ocupação inicial — e, portanto, de terras mais cansadas, como Paraíba do Sul (+436) e Pirai (+506) — e mais sentido nas áreas ainda virgens como Cantagalo (+8.251), Sapucaia (+8.145), São Fidélis (+5.325) e Madalena (+5.122). Este fato, por si só, é útil para caracterizar as atitudes dos proprietários rurais do sul da Mata, que permaneceram escravistas até a última hora, ao passo que os donos de terra da região central procuraram desfazer-se do prejuízo potencial que significavam os plantéis extensos e às vezes ociosos.⁴³

Este quadro era o apanágio das elites políticas regionais.⁴⁴ É isto que explica as atitudes distintas sustentadas por políticos e fazendeiros da região no Congresso Agrícola de 1878. Enquanto Cesário Alvim, de Ubá, declarara-se favorável à colonização nacional, o fazendeiro José Caetano Moraes e Castro, de Rio Preto, reivindicava a escravidão *por mais uns vinte anos*. Outro fazendeiro de Mar de Espanha pregava *um imposto progressivo sobre os escravos das cidades, vilas e arraiais, e em quatro anos, teremos dois grandes resultados: primeiro, irão para a lavoura mais de quatrocentos mil escravos; segundo, nas povoações teremos o trabalhador livre, que será depois, no futuro, o viveiro de trabalhadores livres para a agricultura*.⁴⁵

Previsível, portanto, que, abolida a escravidão, os municípios enfrentassem problemas também diferentes no que tangia à reestruturação do sistema de trabalho. De fato, a abolição significou para a região sul da

⁴² VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efêmerides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. v.1, pp. 19-21.

⁴³ CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974]. p. 76.

⁴⁴ CONRAD, R., *Os últimos anos ...*, pp. 76-83/157-8.

⁴⁵ CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, pp. 66 e 73.

Mata um profundo golpe em sua economia. Não que ocorresse uma debandada geral dos antigos cativos, mas foram necessários alguns anos para que os fazendeiros redirecionassem as atividades econômicas, das quais a pecuária recebeu tratamento privilegiado.

Em Leopoldina, os capitais disponíveis foram redirecionados para os setores agropecuário, energético e bancário. Em Juiz de Fora, alguns antigos grandes proprietários de terras e escravos fizeram migrar seus capitais para a instalação de casas bancárias que propiciaram o desenvolvimento da indústria local, e se tornaram também especuladores imobiliários. A indústria local atraía mão-de-obra disponível nos campos e ampliava a demanda por moradia na cidade. Não é sem razão que Juiz de Fora fosse a única cidade de Minas a ter a maior taxa de população urbana das décadas iniciais da República. Já a Mata central, menos influenciada pela crise do escravismo, pôde experimentar alguma prosperidade derivada da cafeicultura de exportação, pois dispunha de mão-de-obra livre, inclusive com alguns colonos estrangeiros. Após a chegada da ferrovia, a parte central da Mata tornou-se uma região de considerável produção de café. Assim, a própria manutenção do modo escravista de produção em algumas áreas era limitada pelo assédio de outras regiões com maior demanda por mão-de-obra escrava, em virtude da maior produção econômica e conseqüente capacidade de acumulação destas últimas.

3. As estruturas fundiárias e as paisagens rurais

À participação dos escravos no conjunto da população correspondia uma dada estrutura da propriedade fundiária da Mata. A relação entre o número de proprietários e a área total dos municípios é outro indicador importante. O Registro de Terras da então vila de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora), em 1855, assinalava que todo o município concentrava 145 proprietários, a maioria por compra, e apesar da falta de rigor na anotação das medidas das terras o tamanho médio — quando declarado — é de uma ou duas sesmarias. Em Leopoldina, foram registrados 82 proprietários, dos quais 27 possuíam 88,45 % de toda a área registrada. Em Mar de Espanha, o total de proprietários chegava a 270, e em Cataguases, 207. Estas cifras contrastam com os números para região do Pomba. Foram registrados 1.600 proprietários em Rio Pomba; em Viçosa, 327; em Visconde do Rio Branco, 504; em Muriaé, 553. A sub-região norte, até o primeiro quartel do século XX, continuava como uma importante área de fronteira, e apresentava a maior parte das terras devolutas da região nessa época. A única paróquia recenseada em 1850 foi Ponte Nova, com 365

proprietários. Como se afirmou anteriormente, o território contíguo ao Espírito Santo era ocupado por aldeias indígenas sob o processo de sedentarização.

Em Ubá (que então abrangia os atuais municípios de Divinésia, Rodeiro e Guidoal), registraram-se 211 proprietários. As maiores propriedades situavam-se na região serrana do município (Miragaia e cabeceiras do ribeirão Ubá). O tamanho médio das propriedades girava em torno dos 35 alqueires. Comparada com Leopoldina, a situação é bem diversa. Chamam a atenção a porcentagem total de terras ocupadas pelas faixas de tamanho e o número de proprietários em cada faixa (quadro 2).

Quadro 2
Ubá e Leopoldina: propriedades por tamanho em alqueires: 1850

Tamanhos	Ubá			Leopoldina		
	área ¹	# propr.	% área	área	# propr.	% área
≤ 5	135	50	1,74	29,25	10	0,16
6 a 10	249	30	3,21	62	7	0,34
11 a 15	189	14	2,44	69	5	0,38
16 a 20	396	22	5,11	86	5	0,47
21 a 25	308	13	3,98	47,25	2	0,26
26 a 30	264	9	3,41	27	1	0,14
31 a 50	779	28	10,06	572,50	14	3,18
51 a 100	1.895	27	24,49	787	11	4,37
101 a 500	3.521	18	45,51	2.952	11	16,39
501 a 1000	-	-	-	1.100	2	6,11
> 1.000	-	-	-	12.270	14	68,15
Totais	7.736	211	100,00	18.002	82	100,00

1. em alqueires (48.400 m²); # propr.: número de proprietários; Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Registro Paroquial de Ubá e Leopoldina.

Correspondiam a esse quadro de diferenciação das estruturas da propriedade escrava e da propriedade rústica as diferenças quanto aos padrões de produção agrícola entre as três sub-regiões. Nos meados do século XIX, enquanto em Ubá plantava-se fumo, café, algodão e milho e produzia-se aguardente, açúcar e rapadura, em Mar de Espanha esses produtos eram de menor expressão, e sobressaíam-se aí os engenhos de café. Os números do comércio decorriam dos da produção. Como em Mar

de Espanha metade da população era escrava, era de se esperar o baixo número de lojas e tavernas, o que não ocorria em Ubá e Rio Pomba, onde três quartos da população era livre. Mesmo se se considera a maior extensão e a maior população de Ubá em relação a Mar de Espanha — pouco mais do dobro — a disparidade nos números relativos ao comércio permanece maior (quadro 3).

Quadro 3
Produção e Comércio

Localidades	Engenhos		Comércio		
	aguardente	açúcar/rapadura	boticas	lojas	tavernas
Rio Pomba	9	11	4	54	105
Ubá	93	199		75	218
Mar de Espanha	24	26		35	29

Fontes: VASCONCELOS, Diogo de. *Relatório ... de 1855*.

A “União e Indústria” transformou Juiz de Fora num entreposto comercial, o ponto terminal da mais importante via de comunicação da província e local de passagem obrigatório entre a zona da Mineração e a Corte, o que permitiu o desenvolvimento do comércio local e a maior concentração de capital. Em dez anos, a exportação de café pela “União e Indústria”, elevou-se das 500.000 arrobas em 1858 para mais de 1.673.000 arrobas em 1868.⁴⁶

Nessa mesma época, o horizonte agrário da zona da Mata norte desenhava-se a partir da criação de porcos, lavouras de cana-de-açúcar e os grãos usuais (milho e feijão). Sua população era estimada pela Câmara Municipal em cerca de oitenta mil pessoas.⁴⁷ Num relatório no mesmo ano, em meio a lamúrias de um comércio desanimado, falta de vias de comunicação e de mão-de-obra, dívidas dos fazendeiros, informava-se que apesar da pequena criação de gado vacum, *do gado suíno o município costuma fazer grande exportação*.⁴⁸ Dada a extensão da produção dos *efeitos da cana*, em 1860 foi introduzido em Ponte Nova o primeiro engenho de cana com moendas de ferro, e em 1883 a primeira usina de açúcar.

⁴⁶ ESTEVES, Albino de Oliveira. Mariano Procópio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 230 (jan.-mar.1956), p. 244.

⁴⁷ Arquivo Público Municipal de Ponte Nova, código 1, doc. 335.

⁴⁸ Arquivo Público Municipal de Ponte Nova, código 1, doc. 347.

4. Expansão da produção mercantil e da rede de transportes

Consequência necessária do crescimento da produção cafeeira exclusivamente destinada ao mercado, a zona da Mata sul desde logo pôde contar com uma rede de transportes capaz de escoar esse produto: fosse a estrada do Couto (construída por Francisco Leite Ribeiro, ligando suas propriedades em Mar de Espanha ao porto do Rio de Janeiro), a União e Indústria, ou as estradas de ferro, cujos trilhos começaram a chegar na região sul nos anos 1870. O processo de produção podia pôr a seu serviço os avanços tecnológicos disponíveis, sem ver alterada a sua natureza. Em 1875 foram inauguradas as estações de Cedofeita e Retiro, nas terras dos barões de igual nome, em Juiz de Fora. Em 1877 os trilhos chegaram a Leopoldina. Em 1879 inaugurou-se a estação ferroviária de Ubá. Os trilhos avançaram em seguida para Visconde do Rio Branco e São Geraldo em 1880, e daí, numa subida íngreme, até Coimbra e Viçosa em 1885 e Ponte Nova em 1886.⁴⁹ Igualmente previsível que, em Minas Gerais, a maior parte dos trilhos se concentrasse na zona cafeeira. Este fato levou alguns historiadores a apresentarem como ‘causa da prioridade’ o prestígio dos fazendeiros da zona da Mata no regime imperial.

Conjugada com a postura de Cesário Alvim perante a escravidão, a atitude dos políticos da Mata central frente à ferrovia fornece os elementos mais importantes da diferenciação interna: enquanto os fazendeiros e seus representantes do sul da Mata defendiam firmemente a manutenção do escravismo e a ferrovia como meio de transporte privilegiado para o café, os políticos da Mata central não se opunham — e até incentivavam — à substituição do trabalho escravo pelo livre e viam a estrada de ferro como instrumento da civilização e de um almejado e conseqüente desenvolvimento econômico. Na Assembléia Provincial, o deputado Nominato de Souza Lima, apoiado por Carlos Peixoto, ambos da Mata central defendiam que *das estradas de ferro resultaram ao mesmo tempo facilidade de transporte de gêneros, aglomeração de população, comunicação rápida de idéias, civilização e em última análise o progresso* (sessão de 18 de junho de 1872). Na verdade, à medida que se mudava de sub-região, alterava-se a ótica em relação às ferrovias. Se, de um lado, os deputados da Mata central consignavam o *influxo civilizador das estradas de ferro*, os deputados do sul da Mata desejavam-nas em razão da facilidade de escoamento da produção cafeeira já existente. Aliás, não é outro o objetivo de Mariano Procópio em Juiz de Fora. A “União e Indústria” por ele construída foi desde o primeiro momento a via

⁴⁹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

privilegiada para exportação do café, mas logo em seguida o mesmo Mariano tornou-se diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Deve ser também levado em conta que as primeiras estações da Leopoldina no sul da Mata localizavam-se nas fazendas dos grandes proprietários, como, por exemplo, as estações de Cedofeita, Retiro, São Martinho, Providência, Mariano. Em Juiz de Fora e Leopoldina, inclusive, as estações na cidade vieram depois. Isto não ocorreu na Mata central, onde as estações situavam-se no núcleo urbano. Certamente os fazendeiros e políticos da Mata sul também pensavam que com as ferrovias viria a civilização. Mas é a ênfase distinta que conta. Na Câmara dos Deputados, enquanto Carlos Peixoto tentava justificar a importância da estrada de ferro para a região de Ubá, que não tinha produção econômica exportável, mas *solos ubérrimos*, Mariano Procópio falava estribado na autoridade de quem participara ativamente do comércio de café pela “União e Indústria”.

Mais complicada ainda era a situação dos políticos da Mata norte. Certamente a influência do deputado liberal eleito pela Mata central, Vaz de Melo, junto ao governo, e de Cesário Alvim, junto à diretoria da Leopoldina, contaram fundamentalmente. No entanto, deve-se precaver quanto ao fato de se tomar a ferrovia como ‘promotora da cafeicultura na região’. Muito acertadamente, o senador Andrade Figueira advertia que *construíram-se as estradas de ferro da Bahia e Pernambuco, e os terrenos que percorrem acham-se, geralmente falando, ainda incultos do mesmo modo ... atravessando ainda hoje as mesmas matas, as mesmas capoeiras que existiam, e por vezes a mesma solidão* (sessão do Senado em 25 de agosto de 1870). Também Mariano Procópio concordava na mesma sessão que a construção das estradas de ferro, *nada ou pouco influiu na zona que atravessou*. No Relatório de 1865, informava-se que *o movimento ascendente dos produtos da exportação na maior parte representados pelo café e o algodão não é resultado de aumento progressivo de lavoura na zona servida pela União e Indústria, mas de aumento de fregueses, em razão não só da abertura de novas estradas, como do sistema empregado pela Companhia para adquiri-los*. O que antes se esperava com a extensão de ramais *será um grande benefício para os municípios do Rio Pomba e Ubá, parte dos de Leopoldina e Mar de Espanha, cuja agricultura, dispondo aliás de um solo fertilíssimo ... acha-se entretanto acabrunhado pelas enormes dificuldades com que luta para a exportação de seus produtos, por falta de boas vias de comunicação*.⁵⁰

Em verdade, as ferrovias não tinham a capacidade de gerar um processo de produção novo numa área de predomínio de pequenos

⁵⁰ ESTEVES, A. de Oliveira. Mariano Procópio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ...*, pp. 244 e 236.

produtores rurais cujas lavouras eram familiarmente mantidas. Elas consistiam antes de tudo num aperfeiçoamento tecnológico exigido pela própria natureza de um processo de produção determinado e a elas pré-existente. Mas por um período inicial possibilitaram que alguns lavradores em condições melhores pudesse contar com uma facilidade que assegurava o escoamento da produção agrícola mercantil. Enquanto o parcelamento do solo não afetou essa produção, esses pequenos lavradores sobreviveram.

Capítulo II

Abertura e fechamento de uma fronteira: a transformação das paisagens naturais e agrárias

1. A ocupação do solo e o acesso à terra — 1768-1850

Desde logo deve ser lembrado que a zona da Mata central compreendia, no início do século XIX, duas áreas bem distintas: uma primeira era constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wald, e de Manuelburgo;⁵¹ uma segunda, onde a presença indígena era relativamente menor, situava-se no vale do ribeirão Ubá, entre estes três aldeamentos e o antigo aldeamento do Rio Pomba, fundado em 1768. Por esta razão, foi aí que a concessão de sesmarias foi concentrada nesse vale a partir de 1794 (cf. anexo 2)⁵².

O movimento mais intenso de ocupação das terras “serra abaixo”, isto é, desde a região de altitudes maiores — contrafortes das serras da Mantiqueira e do Espinhaço — para a região mais baixa e de relevo mamelonar característico do vale do rio Pomba, começou a tornar-se perceptível a partir dos anos finais do século XVIII, considerando-se o número de escrituras de compra e venda de propriedades rurais situadas nessa região.⁵³

O primeiro registro data de 1775.⁵⁴ A escritura descrevia uma *fazenda de terras e matos sita nas margens do rio Xopotó*, com 43 escravos, ferramenta de

⁵¹ Núcleos dos atuais municípios de Visconde do Rio Branco, Guioval e Muriaé, respectivamente.

⁵² Não obstante, em 1818, ao contestarem a demarcação da sesmaria do furriel José Lopes Rosado, obtida em 1797, Brás Pires da Luz e sua mulher Ana Felícia de Jesus declararam serem senhores e possuidores de uma porção de terras compradas a índios nas cabeceiras do ribeirão do Ubá, onde se achavam *arranchados com casas de vivenda cobertas de telha, monjolos, senzalas, árvores de espinho e bananeiras e outras benfeitorias, cultivadas há mais de 25 anos* (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II, 10, 345). Sobre a ocupação dos contrafortes da Mantiqueira onde hoje situam-se os municípios de Brás Pires e Presidente Bernardes, cf. GOMES, Abel. *Brás Pires: subsídios para a história da colonização em Minas Gerais*. Rio: Irmãos Pongetti, 1951.

⁵³ Num libelo cível de 1842, alguns desses migrantes foram chamados a depor como testemunhas (um deles “pareceu” branco ao juiz, e outros três eram pardos): eram naturais de São Caetano do Xopotó, de Mercês, Dores do Turvo, Desterro do Melo, São Domingos de Mariana, Barra do Bacalhau (Guaraciaba), arraial da Glória (Queluz, atual Conselheiro Lafaiete), Pomba e Chapéu d’Uvas (no município de Juiz de Fora).

⁵⁴ *Arquivo da Casa Setecentista de Mariana*, Livro de Notas do I Ofício # 94, fl. 113; *escritura de venda da metade de bens de raiz e móveis e o mais que nela se expressa que faz Bento Pacheco do Amaral a seu sobrinho Francisco Pacheco do Amaral*; 12 de maio de 1775. Valor da operação: 16 mil cruzados, ou seis contos e quatrocentos mil réis.

roça e lavra, carros e cangas, tachos de cobre, gado vacum, porcos, os *fumos que se acham em ser da safra do ano passado desenrolados*, casas, paiol e senzalas cobertas de telhas, ranchos, moinho e monjolo de socar milho cobertos de capim.

Sete anos depois, o alferes Teotônio Francisco Ribeiro, através de duas escrituras, vendia várias propriedades situadas nas Brejaúbas, no ribeirão da Terceira Repartição (afluente do Xopotó) e no ribeirão Paciência, afluente do rio Pomba.⁵⁵ A José Francisco Ribeiro foram vendidas por vinte mil cruzados duas *fazendas de roça* nas Brejaúbas: uma, com sua casa de sobrado, da qual o vendedor tinha título de sesmaria, e outra, com matos virgens e capoeiras, um engenho de pilões e de moer cana, moinho e paiol, tudo coberto de telhas, e 25 escravos. E a seu genro Manuel Carneiro Fernandes, vendera por 16.000 cruzados as *fazendas de roças* sitas no ribeirão da Terceira Repartição e da Paciência, também com casas de vivenda, paiol e moinho cobertos de telhas, árvores de espinho, matos virgens e capoeiras, 17 escravos, seis bois de carro, 24 cabeças de gado vacum, 150 porcos e 11 cavalos, além de 17 escravos. Além de flagrarem esse movimento “serra abaixo”, ambas as escrituras explicitam as “coseduras” regionais características desta sub-região da Mata. Não é sem propósito que os emigrantes das regiões serranas do centro da Capitania nomeassem um afluente do rio Pomba de Xopotó Novo.

No ano seguinte, outra propriedade *sita na paragem do Xopotó chamada o Braço Forte* era vendida. Uma *fazenda em terras de planta em capoeiras, matos virgens, canavial, árvores de espinho, bananais ... todas as mais plantas de milho, feijão e arroz*, 19 escravos, cinco cavalos, 30 porcos, e as ferramentas de roça e lavra. Além das terras de planta, *terras minerais e águas metidas* na paragem de Brás Pires (no atual município homônimo).⁵⁶

Num dos últimos registros do século XVIII, de 1788, João Rodrigues dos Santos Leal, morador no Turvo, freguesia da Pomba, vendia a Antônio Antunes Moreira a metade do que possuía de sociedade com seu irmão Antônio Rodrigues dos Santos Leal, numa sesmaria de terras de planta com matos virgens e capoeira, com 10 escravos, no ribeirão de São Geraldo

⁵⁵ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Primeiro Ofício, Livro 99, escritura de 5 de março de 1782.

⁵⁶ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Primeiro Ofício, Livro 100, escritura de 4 de maio de 1783; Miguel José Machado: vendedor; Inocência José Machado e José Antônio Machado, compradores; valor: Rs 2:608\$000.

(afluente do Turvo Limpo).⁵⁷ Seis anos depois começaram a ser distribuídas as sesmarias no vale do ribeirão Ubá. Dos dezoito sesmeiros, temos o inventário de apenas duas.

Em 1812, a fortuna inventariada do alferes Felisberto Antônio Leal atingia o valor de 2:875\$253 réis. Por 900\$000 réis fora avaliada a fazenda *na paragem chamada Cachoeira do Turvo*, obtida *por título de sesmaria e compras* (a João Fernandes Gaspar, a Manuel Dutra e a Valentim da Costa Soares) com dois moinhos, monjolos e ranchos de morada cobertos de telhas, senzala, paiol e chiqueiros cobertos de capim, bananal e outras benfeitorias. Os vinte e nove escravos que nela trabalhavam foram avaliados em 1:514\$000 réis. Do monte constavam ainda dezesseis bestas, dez éguas, 20 ovelhas, quatro juntas de bois, quatro vacas e três crias, dois novilhos e um marrueiro, além de 40 porcos. No paiol havia 600 alqueires de milho e 20 alqueires de feijão.⁵⁸

Pouco mais tarde, em 1819, eram dados a inventário os bens do capitão Francisco de Paula de Oliveira e Silva. Deixara, além da fazenda Engenho da Água Limpa, 28 escravos, dinheiro e jóias, móveis, roupa, alfaias e baixela, uma morada de casas em Mariana, alambique, taxas, uma roça de milho de dez alqueires e um quartel de cana com quarta de alqueire. A fazenda de *terras de cultura que se compõem de capoeiras e matos virgens*, com mais de uma sesmaria de tamanho, possuía ainda *casas de vivenda de sobrado com sua capela dourada e pintada com oito imagens pequenas com engenho de água e de farinha, paiol, dois moinhos, senzalas, chiqueiros de porcos, tudo coberto de telha ... com seu quintal cercado de rachas de braúna, árvores de espinho, cafezais, bananais, alodoais*.⁵⁹

São escassos os registros sobre as terras dos índios. Restaram algumas poucas escrituras que flagram a forma como foram transferidas aos colonos portugueses e “brasileiros”. Conforme um relatório de 1833, cada pai de família índia recebia o equivalente a um quarto de sesmaria de terras, ou seja cerca de 100.⁶⁰ Contudo, as terras dos índios desde muito cedo começaram a ser transferidas a “portugueses”.

⁵⁷ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Primeiro Ofício, Livro 104, fl. 42, escritura de 28 de janeiro de 1788; comprada ao alferes José Pereira Arouca em 1786.

⁵⁸ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Primeiro Ofício, II, 117, 2341.

⁵⁹ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Primeiro Ofício, II, 60, 1351. Confrontava-se com Francisco José Cardoso/herdeiros de João Lopes da Costa/Herdeiros de Maria Clara/Joaquim Gonçalves Quintão/Padre José Vieira de Souza. As terras e as benfeitorias foram avaliadas em 2:200\$000 réis. Os escravos foram avaliados em 1:876\$000 réis.

⁶⁰ *RAPM*, 9 [1904], p. 127.

Em 1829, o índio Rafael vendera por Rs 25\$000 as terras de sua aldeia na barra do ribeirão Ubá, a Manuel de Freitas Henriques, sob a alegação de que se achavam *entremeio de terras de portugueses*, e que por esta razão não podia *viver mais naquela vizinhança*.⁶¹ Poucos anos depois, *Silvestre, índio Coroato e sua mulher Joana Coroata, e Joaquim Luciano, índio Coroato e sua mulher Silvéria Coroata, com assistência de seu curador, o Alferes Antônio de Souza Lima*, vendiam ao Guardamor Manuel de Moraes Sarmento, uma porção de terras no córrego do Chiqueiro, afluente do Xopotó Novo, por 150 mil réis.⁶²

Não são os únicos registros de propriedades rurais pertencentes a índios que foram vendidas. No Registro de Terras da paróquia de Ubá (1856), Cipriano Antônio de Souza informara que seus sessenta alqueires foram comprados aos índios Francisco de Arruda e Manuel João da Cruz, e João Antunes de Nepomuceno, no mesmo registro, declarara possuir oitenta alqueires num afluente do ribeirão Ubá, por compra ao índio Manuel Correia. O último registro data de 1860: os índios Luciano Gomes e Joaquim Luciano, croatos residentes no Sapé vendiam por um conto de réis uma sorte de terras nas cabeceiras do córrego do Pombal, *reservando os vendedores cinco alqueires nas cabeceiras onde existe uma aldeia*.⁶³

Outra evidência muito importante do movimento de ocupação territorial característico dessa sub-região é-nos oferecida pelos róis dos devedores do dízimo (anexo 1). Neles é muito claro o movimento de ocupação territorial a partir dos contrafortes do Espinhaço e da Mantiqueira, especialmente desde os atuais municípios de Senhora de Oliveira, Cipotânia, Alto Rio Doce, Brás Pires, Presidente Bernardes, Porto Firme e Desterro do Melo. Em 1783 já se achavam ocupados os vales dos rios Pomba (até a foz do rio Formoso) e Turvo (especialmente desde as cabeceiras de seus afluentes ribeirão de Santo Antônio e rio Turvo

⁶¹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro de notas # 2, de 1848, fls. 86 *et seqs.*, Guido-Wald, 30 de julho de 1829. Os índios não poderiam vender as suas terras sem a autorização do Diretor Geral.

⁶² Escritura de 26 de outubro de 1838, Cartório de Notas de Rio Pomba, livro II, fls. 16-17. As terras foram avaliadas pelos louvados *Serafim Ferreira Barbosa e Felizardo José de Oliveira, por ordem do Juiz de Órfãos da vila do Presidio, o cap. Bento Joaquim Pereira, tendo já eles ... vendedores recebido a quantia de cem mil réis, e os cinquenta fiados pelo tempo de um ano para os filhos da vendedora Silvéria, José Nunes e Francisco*. Confrontações: *... parte por baixo com José Pereira Pontes, e pelo córrego acima todas as suas vertentes, e assim mais uma parte que o primeiro vendedor Silvestre tem na Portaria que lhe foi concedida pelo Exmo. Governo nas vertentes do mesmo Xopotó Novo, subindo rio acima à esquerda*.

⁶³ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 225, de 1860.

Limpo).⁶⁴ Nas duas décadas seguintes foi sendo ocupado todo o vale do rio Xopotó Novo até sua barra no rio Pomba, e que viria logo a constitui o território da freguesia de São João Batista do Presídio.⁶⁵

2. O avanço da fronteira e a transformação da paisagem

Nessa freguesia de São João Batista do Presídio a fronteira fechou-se por volta de 1840. Nos inventários, foi à roda desta data que a expressão **matos virgens** (mais tardiamente **matas virgens**) e **capoeiras** foi substituída por **pastos**.⁶⁶ Em 1831 apareceu pela última vez o termo **sertão** como categoria geográfica em confrontações de propriedade. A mesma transformação é corroborada pelas escrituras de compra e venda de bens de raiz.

Na década de 1840 os inventários deixaram igualmente de registrar propriedades adquiridas por *título de posse*. Em 1830, a esposa de Vitoriano José de Faria declarou no inventário que existiam *umas terras no ribeirão de São Vicente que foram principiadas a apossar por seu finado marido, e concluídas e beneficiadas pelo herdeiro Domingos, em cujo poder deve existir um papel, do qual se deve conduir se as terras pertencem ou não a este inventário*. De fato, ao processo de inventário foi anexado um documento datado de 1834 onde o casal declarara possuir *uma sorte de terras que houvemos em título de posses que botamos em um córrego denominado São Vicente, arrabaldes do quartel de São Paulo de Manuelburgo do rio Imbyeyé* (atual Muriaé).

Outro caso de *apossador* de muitas terras é o do tropeiro e ferreiro Manuel Dias Eduardo, que em 1838 deixara, além da Fazenda da Serra das Caveiras, onde morava, com sete alqueires, plantação de café e os arvoredos de espinho usuais, as seguintes *sortes de terras de cultura*: quatro alqueires na fazenda Tanque; oito alqueires na fazenda Tapera Velha; uma chácara no

⁶⁴ Respectivamente nos municípios de Mercês, Aracitaba, Paiva, Silveirânia, Dorés do Turvo, Senador Firmino, Divinésia, Paula Cândido e Viçosa.

⁶⁵ Correspondente aos atuais municípios de São Geraldo, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Ubá, Rodeiro e Guidoal, .

⁶⁶ “Matos virgens e capoeiras” ocorrem nos inventários números 1, 2, 4, 11, 18, 19, 22, 24, 26, 28, 32, 37, 40, 44, 52, 53 e 65 [1842], além de uma última ocorrência tardia em 1851 (inventário # 123). Já em 1824 são registradas “capoeiras cansadas” (# 3), e em 1826 (# 8), a associação “capoeiras e campos”. A partir de 1836 iniciam-se os registros dos pastos (## 1, 52, 61 [também valado], 62, 123, 150, 153, 155), que podiam ser “gramados” (## 29, 33, 92, 94 e 103. Este último, “de grama e capim nativo valado e cercado”; “cercados” (# 117), “[plantado] de catinga (## 121 e 70 [este também valado]). As cercas de braúna aparecem já a partir de 1832 (## 17, 33, 41 e 54). Os “lagrimais” (olhos d’água) são também mencionados no # 36.

Presídio com duas moradas de casas, uma velha e outra por acabar, coberta de telha, com plantação de café e bananeiras; a fazenda de cultura Capoeirão, no Muriaé, com matos virgens e capoeira, no morro do Puri; a fazenda de cultura Quartéis, na barra do rio Preto no Muriaé, com matos virgens e capoeira, com laranjais, limoeiros, alguns pés de café no lugar onde José Lucas Pereira dos Santos queria formar quartel, além de quatro lagrimais entre pequenos e grandes; e uma fazenda de cultura às margens do rio Pomba, na estrada para Campos [dos Goitacases], com casas cobertas de palmito, café, bananeiras, árvores de espinho.⁶⁷ Mas apesar dessa quantidade de terras, no seu inventário não foi incluído um único escravo. Seu montemor de Rs 4:924\$712.⁶⁸

Esse avanço estava algumas vezes sujeito a litígios. Contudo, dados os registros esparsos de suas ocorrências, é possível que tenham sido pouco comuns. Já em 1812, José Antônio de Freitas movia ação contra Antônio de Meireles Pinto, por este pretender apossear-se de suas terras no ribeirão de Santo Anastácio.⁶⁹ A seu favor testemunhara em 1818 seu vizinho, o Tenente Francisco Miguel Gonçalves Neri, o que deve ter contribuído para a obtenção do despacho favorável.⁷⁰

Em 1842, Emerenciana Maria da Luz, moradora no rio da Glória, no Muriaé, viúva de Francisco José de Gouveia, demandara a Luís Beltrão Moreira e sua mulher para que abrissem *mão das terras que forçosamente estão*

⁶⁷ Hipotecada por Rs 1:400\$000 a Manuel Teixeira Passos, morador no Rio de Janeiro, administrador da Casa do finado [Manuel] Joaquim Gomes; a hipoteca foi feita em razão de Rs 1:358\$940 de débitos provenientes de mercadorias compradas a Manuel Joaquim Gomes em 1830.

⁶⁸ Valor correspondente a essas propriedades e ainda a sete bestas arriadas, sete bruacas de sal, a clareza com crédito de gêneros passados no Porto da Estrela, um terno de pesos de chumbo, o terno de medidas, duas centenas e meia de garrafas vazias, e o terno de ferramenta de ferrar.

⁶⁹ havidas em dote quando se casara com Clara Maria de Jesus, filha de Francisco Luís Ribeiro. Documentos apensos ao inventário de Francisco Luís Ribeiro e de Luísa Rosa de Jesus, # 169 [1855]. Em seu requerimento, de janeiro de 1812, afirmava que *agora de presente se quer introduzir Antônio Caldeira por mais abundante de bens ... querendo tomar-lhe a maior parte das ditas terras*. E que *por ser pobre, prostra-se o suplicante aos pés de V. Excia. por esmola seja servido seu respeitável despacho valer o suplicante, para não ser perturbado por aquele que o quer prejudicar injustamente*.

⁷⁰ *nesta forma as recebeu e se aposseou delas José Antônio de Freitas, cultivou-as ..., fez casa, monjolo, plantações, caminhos ... e é constante que querendo o Alferes [An]tônio Dutra Caldeira apossear-se dentro das vertentes acima referidas no mesmo lugar em que derrubou agora Antônio de Meireles Pinto, o dito José Antônio as defendeu porque estava presente e em seu juízo; porém falecendo Clara Maria de Jesus e ca[ind]lo em demência o mesmo José Antônio de Freitas, ficar[am] seus bens [?]. Seus filhos órfãos o avô os levou. [27 de janeiro de 1818].*

cultivando contra a sua vontade. A autora alegara, em primeiro lugar, que há seis para sete anos que faleceu o marido da Autora, ... os réus se introduziram nas terras que ela comprara a seu genro.⁷¹ Em segundo lugar, alegara que os réus fizeram entrança na roça feita pelo falecido marido da Autora, plantando a derrubada e capoeiras roçadas ... e assim se apoderaram das terras da Autora e dos órfãos levantando ranchos em que moram, e fazendo outras mais benfeitorias sem licença nem ordem da Autora. Segundo esta, entraram na roça feita de seis a oito alqueires de planta, com derrubadas e plantações, queimas de matos virgens, tirando o valor das terras. Além disto, o falecido marido havia proposto uma ação ao sogro e pai dos réus e estes a reconheceu.⁷²

Em sua defesa, os réus declararam que as terras em litígio jamais pertenceram ao casal da Autora, e que o primeiro possedor dessas terras foi Joaquim Gonçalves de Siqueira, quem depois vendeu aos réus que para ali haviam entrado. E incluíam no processo um recibo no qual Joaquim Gonçalves de Siqueira e sua mulher Bernarda Maria de Jesus informavam possuir uma sorte de terras de cultura sitas nas margens do rio Glória havidas por posse e transferidas a Luís Beltrão por 10\$000 em março de 1835. Além do mais, assinalavam que quando Francisco Gouveia para ali entrou, já achou no lugar capoeiras e plantações de bananeiras feitas por Joaquim de Siqueira. diziam mais, que o falecido marido da Autora destroçou essas plantações. Francisco Gouveia ainda fizera sua entrada naquele lugar violentamente e com o único fim de escapar à perseguição da Justiça pela morte que perpetrou na pessoa de Joaquim Gomes, tendo apenas se demorado no lugar quatro dias. Por tudo isto, os réus estão há nove anos no lugar sem oposição de pessoa alguma.⁷³ É importante também assinalar o registro, nesse processo, de jornaleiros aos quais havia sido

⁷¹ Sobre isto acrescentara uma nota de troca de uma morada de casas na vila do Presídio, no largo de trás da cadeia, no valor de 200\$000 réis, de Emerenciana da Luz, por uma porção de terras de cultura pertencentes ao seu genro e à sua filha, sitas no Muriaé, no valor de Rs 400\$000, ficando a dever Rs 200\$000, a pagar em um ano, datada de 23 de novembro de 1840.

⁷² Rezava o termo de composição e desistência: *aos doze dias do mês de julho de 1835 nesta vila de São Manuel da Pomba, ... digo eu Antônio da Costa Pereira ... abrem mãos das terras entregando-as aos autores e coadjuvarem a factura das divisas delas sendo esta feita de valo e de pagarem as custas ... a respeito.*

⁷³ A inquirição das testemunhas, iniciada em 21 de abril e concluída em 7 de junho de 1842, apenas confirmou os relatos de cada parte. Todos sabiam *por ouvir dizer*; ou *pelo vulgo do mundo ouvia dizer*. As nove testemunhas declararam-se moradores no rio Glória do Muriaé, vivendo de cultura, roça, lavoura ou de ser roceiro.

mandado plantar uma roça, mas os quais, não recebendo seu salário, venderam a colheita.

Fechada a fronteira em torno de 1840 nas freguesias do Presídio e de Ubá, ela permanecia aberta na mesma época em todo o vale do rio Muriaé. As revalidações de escrituras particulares de compra e venda de imóveis rurais (os assim chamados “papéis de mão”) celebradas antes de 1840 disso dão abundantes evidências.⁷⁴ Como era usual ocorrer com propriedades rurais situadas em fronteira, as benfeitorias nesse momento achavam-se aí ainda incompletas — as casas eram ainda cobertas de *bicas de palmito*, e as propriedades rurais ainda eram constituídas de *buraos de terras em mata virgem*.⁷⁵ Ademais, todas as propriedades possuíam em comum o fato de terem sido *apossadas*.

Todavia, o horizonte agrário já se encontrava consolidado desde o início da ocupação consolidado desse vale. Numa propriedade maior do que uma sesmaria, com suas casas cobertas de bicas de palmito, e onde trabalhava um agregado, já se achavam plantados cafezal, bananal, mandiocal, laranja e alguns canaviais. Na fazenda Ribeirão do Campo, no homônimo afluente do rio Muriaé, além dos *arvoredos de espinho, cafezal, bananal*, havia o *pasto e algumas capoeiras e mata virgem*.⁷⁶ Na fazenda São Miguel, também no Muriaé, apesar da casa ainda coberta de palha de coqueiros, já estavam plantados o pomar de arvoredos de espinhos, jaboticabeiras, cajueiros, bananeiras. Possuía oito alqueires em capoeira e tudo o mais em mata virgem mais nove lagrimais. A fazenda de cultura São Pedro, no ribeirão da Cachoeira Alegre, contudo, encontrava-se em situação melhor. A casa de vivenda era de sobrado, o engenho de cana (com seus cobres), o moinho e o paiol estavam cobertos de telha. Tinha plantados o canavial, o cafezal e o pomar de arvoredos. Esta propriedade confrontava-se com a *demarcação das terras que foram concedidas aos índios*, além das terras no ribeirão Gavião *havidas por posse como primeiros descobridores deste sertão do Muriaé e conquistadores*.⁷⁷ Mais do que uma fórmula a repetir os procedimentos vigentes desde os primeiros tempos da colônia, a declaração expressa a lógica ainda operante de um processo de ocupação territorial.

⁷⁴ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escrituras ## 23, 24, 26, 27, 28, 29, de 1840; 42 e 43, de 1842; 58, de 1844; 62, de 1845; 72 e 78, de 1846; 90 e 96, de 1848; fl. 166, de 1850; 132, de 1852; 282, de 1851.

⁷⁵ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escrituras ## 17 e 21.

⁷⁶ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escrituras ## 23 e 24; e de fato se acham de posse os mesmos compradores, cultivando-as e benfeitorizando-as como suas.

⁷⁷ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 29.

As ocorrências comungam as mesmas características: *alguns pés de café e mais plantações; pasto, cafezal e valos; alguns pés de café, pasto, cercas e alguns valos, com roça plantada de milho e arroz; valo e cafezal; pasto de capim catinga e cafezal.*⁷⁸

3. Os lares rurais de tipo antigo

Não participa dos escopos deste trabalho a análise da cultura material dessa sociedade, à exceção dos instrumentos de trabalho. Isto não impede que seja minimamente esboçada uma caracterização geral dos lares rurais dessa região. O pressuposto teórico assumido neste estudo exige de antemão que se leve em conta a diferença entre **lares escravistas** e **lares camponeses**. Ora, as alterações na cultura material, especialmente dos lares escravistas, dependeram diretamente da disponibilidade de certos objetos que o capitalismo desembarcava nos portos brasileiros. Ao longo do século XIX, muitos lares escravistas nessa região de fato colocaram-se ao corrente dos bens de consumo europeus. Não obstante, a introdução de novos instrumentos de trabalho, principalmente agrícolas, em substituição às antiquíssimas enxadas, foices e machados, fez-se de forma extremamente mais lenta.

Representativos dos lares escravistas autênticos, a forma e o conteúdo do inventário de Eugênia Maria da Luz, moradora na fazenda Boa Esperança na serra do Ubá (1823), mantêm-se os mesmos dos inventários setecentistas.⁷⁹ Deixara uma fazenda de oitenta alqueires no vale do Ubá, cultivada por 19 escravos, com capoeiras e matas virgens, engenho de bois e alambique de cobre, paiol e moinho cobertos de telha, e senzalas cobertas de capim. Na fazenda havia um canal novo e uma roça de milho por colher que renderia duzentos alqueires. Possuía o casal três juntas de bois, uma vaca, um novilho pequeno, um cavalo ruço, um macho de cangalha, 20 porcos de pasto. Os instrumentos agrários limitavam-se a seis enxadas entre novas e velhas, seis foices, uma troquês e um martelo, um pilão, dois carros, uma caixa de quatro palmos e meio com fechadura e uma caixa de cinco palmos. Suas baixela e mobília consistiam de chocolateiras, tachos, três pares de colheres de latão, dois pratos travessos de pó de pedra, seis pratos

⁷⁸ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escrituras ## 40 (1841), 56 (1844), 107, 135 e 144 (1850).

⁷⁹ Fazia parte das famílias mais “tradicionalistas” da região: era natural da freguesia de Guarapiranga, filha do capitão Francisco Pires Farinho e de Genoveva Maria da Luz, casada com Joaquim Teixeira de Siqueira. Sua única herdeira era sua filha Clara Maria da Luz, casada com Felisberto Mariano Pacheco.

de estanho, um bule de pó de pedra e uma mesa lisa, além de um oratório com a imagem de São Sebastião.

Dezesseis anos mais tarde, ao falecer o viúvo, José Teixeira de Siqueira, a mesma propriedade seria novamente inventariada. Aumentaram a baixela, que passara a contar com colheres e garfos de prata, ferro e latão, os móveis e as roupas. Os instrumentos de trabalho consistiam agora de dez foices, quatro machados, onze enxadas, uma alavanca, um gancho de ferro de pesar, um espeto, duas candeias de ferro, dois picões, uma serra de mão, uma enxó chata, um martelo grande, um formão chato, uma plaina, uma espumadeira pequena, um ferro de engomar com cunhas de ferro, dois selins arriados, um carro e três cangas arreadas, duas junta de bois, oito cabeças de gado vacum, sete muares, 14 ovelhas, duas cabras, dois chibarros capões e 14 quatorze porcos. O número de escravos subira para 34. A fazenda Boa Esperança continuava com suas casas, o engenho de cana de bois, o paiol, o moinho e os chiqueiros, tudo coberto de telha, regos d'água, cercas. Entre as plantações, apareciam agora um laranjal e alguns pés de café. Estas mudanças merecem atenção. Revelam que a capacidade de acumulação dessa unidade de produção escravista, assentada originalmente na produção e na comercialização dos “efeitos da cana”, ampliou-se com a introdução de lavouras de café, que em breve, tornar-se-ia a alternativa mais importante para os lavradores, escravistas ou não, para participar da agricultura mercantil.

Os 7:775\$360 réis que representavam os bens deixados em 1831 por Rosa Vieira do Nazaré correspondiam a doze escravos, quatro bestas, duas juntas de bois e dois bezerros, 400 alqueires de milho, vinte de feijão, 35 porcos, uma morada de casas no Presídio já arruinadas, as benfeitorias usuais (casas, paiol, moinho, monjolo, engenhos, senzalas e chiqueiro), além de três sesmarias de terras de cultura. Nesse mesmo ano, morria sua nora, moradora no Sapé, mãe de cinco filhos, e cuja fortuna chegava a 1:087\$000 réis. Seus bens inventariados eram as casas cobertas de telha, um paiol coberto de capim, um escravo, duas camas de algodão aparelhadas, uma caixa, oito pratos de pó de pedra, uma junta de bois, um boi, uma vaca e um novilho, dois tachos de cobre e uma porção de terras que recebeu em dote na aldeia do Morro. Atente-se para esta diferença entre as fortunas de membros de uma mesma família. A fortuna mais elevada expressa um período mais longo de acumulação; além disso, as três sesmarias inventariadas indicavam que o crescimento da fortuna pudera contar com posses bem vastas numa zona de fronteira. Conforme a lógica própria dessa

sociedade, as partilhas são os momentos em que as unidades de produção se fragmentam.⁸⁰

Bem menor do que a todos estes fora a fortuna deixada em 1826 por Ana Francisca de Jesus, casada com Albano José de Souza, moradores no ribeirão do Ubá (monte-mor de 505\$500 réis). O casal possuía seis filhas e cinco filhos. Seus bens resumiam-se a quatorze libras de cobre velho, uma espingarda, uma sela velha, três enxadas, dois machados, três foices, uma mesa, vinte porcos, trinta alqueires de milho, três escravos (avaliados em 300\$000 réis), e um sítio de dez alqueires com casas de telha, na Roça Alegre. Claro está que uma fortuna desta natureza não pode ver-se incluída no grupo das unidades escravistas.

Muito escassos, e tendendo ao desaparecimento com o passar dos anos, são os inventários de camponeses. O de Micaela Ferreira da Silva, falecida aos 62 anos em 1832, e mãe de seis filhos, por exemplo, limitava-se a 551\$720 réis: uma foice, um machado, uma enxada, um sítio de terras sitas ao pé do arraial do Presídio com seu quintal e umas casinhas de capim, e duas éguas dadas em dote a duas filhas.⁸¹ O de Joana Francisca, de 1832, de 426\$100 réis, compunha-se de oito ou nove alqueires de terras no ribeirão da Piedade, freguesia do Presídio, a casa coberta de telha, um cafezal, *a ferramenta do seu serventuário*, uma caixa, uma cama, uma escrava de 16 anos, e a parte em uma escrava com seus irmãos. Aqui, é flagrante o modo como as partilhas empurram os herdeiros para outro modo de produzir.

O de Joaquim Gomes da Silva, de 1833 (monte-mor de 440\$000), não passava de um cavalo ruço, duas selas, um quarto de terras de matos virgens e capoeiras com casa de capim e algumas árvores de espinhos no corgo Feiticeiro. O de Henriques José de Vasconcelos, cujo monte era de 600\$729 réis, falecido em 1828, mas inventariado apenas em 1837, morador na fazenda do Corgo Alegre, em Ubá, consistia tão somente de um machado, dois olhos de enxada e uma sorte de terras de cultura com matos virgens e capoeira no ribeirão Alegre

⁸⁰ Tomemos um exemplo da pulverização a que se sujeitavam todas as unidades de produção, escravistas ou camponesas, ainda que contassem com um ou outro escravo. Data de 1876 a seguinte partilha de bens: oito e meio alqueires de terra, a quarta parte num escravo, a sétima parte em outro escravo, a metade de um burro, a quarta parte numa casa, a terça parte noutra casa, a metade de um pequeno cafezal, a metade de um tear e algumas cabeças de porcos de pasto (inventário # 394).

⁸¹ Corresponde ao fogo número 215 na lista nominativa de habitantes de 1821. É interessante poder acompanhar a história de alguns desses lares a partir da lista nominativa e dos inventários.

O de Rosana Rotina de Santa Rosa, em 1838, de 530\$600 réis, compunha-se de trinta alqueires nas cabeceiras do ribeirão dos Encadeados (em São Geraldo), um tacho velho de cinco libras, uma caixa pequena de vinhático, uma caixa de cedro, um machado velho, uma escrava de 22 anos doente, além de casas de telha e monjolo coberto de capim.

Apesar de possuir alguma fazenda seca para um negócio muito pequeno, deve ser também considerado como unidade camponesa, posto que o conjunto formado pelos 240 alqueires de terras no ribeirão da Piedade e as benfeitorias e lavouras que Bento Coelho Barbosa possuía em 1838 (roça de milho, quartel de cana pequeno, paiol, pequena plantação de café, engenho de cana de bois descoberto, formas de açúcar, moinho de capim em terras de Camilo Moreira). A extensão de suas terras e o pequeno negócio de secos evidentemente lhe proporcionaram condições de manter uma unidade escravista, o que todavia não ocorreu.

Em 1840 (376\$000), José Lopes da Rocha declarou um cavalo velho, uma sorte de terras aquém do ribeirão Xopotó novo além de vinte e três alqueires de terra além do Xopotó.

A partir dessa data, tornou-se cada vez mais difícil aos lavradores que só podiam contar com a força de trabalho dos membros de sua própria família apossarem-se de terras devolutas na região. Essa possibilidade tendeu a restringir-se ainda mais em função da incapacidade dessas unidades manterem índices de rendimento capazes, de um lado, de fazer face aos gastos com bens de consumo que não podiam produzir (enxadas, foices, machados, tecidos, por exemplo), e, de outro, de adquirir terras onde seus descendentes pudessem reproduzir o seu modo de produção.

Mas em que diferem esses lares rurais das habitações situadas à roda das igrejas nos povoados dessa região?

Antes, lembremos que nas residências vilarejas moram a maior parte dos negociantes (incluídos seus sucedâneos mais humildes, os tropeiros), e dos “oficiais mecânicos”: carpinteiros, sapateiros, ourives, ferreiros, latoeiros, alfaiates, etc.⁸² É o caso, por exemplo, de um próspero comerciante da Vila do Presídio, Tenente Narciso da Costa Santos, que residia numa chácara cercada de braúnas, em cujo quintal estavam plantados 300 pés de café. Sua loja possuía em 1832 2.608 côvados de vários tecidos

⁸² São os seguintes os números dos inventários de habitantes da vila do Presídio durante a primeira metade do século XIX: tropeiros — 81 e 120; oleiros — 71, 98, 102, 105, 120; boticários — 16, 25 e 48; negociantes de secos e molhados — 16, 25, 37, 43, 48, 83, 153; sapateiros — 78 e 124; ourives — 103 e 125.

mais baratos, quase todos vendidos a 160 até 320 réis o côvado (chita, riscados, panos de forro, morim, cassa, holanda), contra 300 côvados dos mais caros: seda, veludilho, casemira, tafetá, baeta.⁸³ Esta desproporção decorre da própria diferenciação social entre seus fregueses, em sua quase totalidade constituída de lavradores cuja única possibilidade de acessar estas mercadorias era dada pela produção de algum excedente agrícola ou pecuário. Dito de outro modo: para a compra de cada vara de chita (cerca de 320 réis), era necessário aos lavradores a produção excedente e conseqüente venda de algum gênero agrícola de igual valor, como, por exemplo, um alqueire de milho.

Também com alguma fazenda seca (103 côvados de panos inferiores, e 46 lenços de alcobaça), Simplício Luís da Cunha, residia em 1838 em casas térreas assoalhadas cobertas de telha, com quintal cercado e plantado. Apesar de possuir um escravo, seu monte não ultrapassava os 400\$000 réis. E no quintal cercado anexo às casas assoalhadas e cobertas de telha onde morava Quitéria Rodrigues Assunção, havia um pomar com laranjeiras, jaboticabeiras, limeiras e café.⁸⁴ Conclusão inevitável: as casas vilarejas reproduzem os lares rurais — **a vila é aqui um prolongamento do campo.**

Como veremos adiante, enquanto as fortunas escravistas cresceram muito na segunda metade do XIX, acompanhando a valorização dos escravos, do alqueire de terra e das benfeitorias, os montes-mores camponeses continuaram muito baixos, mesmo quando possuíam alguma lavoura de café. Num desses lares (#493, monte igual 1:904\$100) a “fortuna” consistia de uma caixa, uma tonelada e meia de café em coco, uma casa térrea, um cafezal, e sete hectares e 26 ares (um alqueire e meio) de terra. Noutro, a *herança de pouca monta* — 1:612\$741 consistia de duas mesas sem gaveta, três bancos, nove alqueires de terra, casa de morada e partes em um moinho.⁸⁵

⁸³ Inventário # 16. Monte-mor: 17:696\$643.

⁸⁴ Inventário # 116, de 1851.

⁸⁵ Inventário #510, fl. 2. Outros exemplos a partir dos inventários: # 196: dois escravos, o moinho, o monjolo, dois alqueires de terra, 13 porcos, enxadas, foices, machado e roda; # 207: pequena casa, moinho, monjolo, pasto e as mais benfeitorias, terras, um boi e um cavalo; # 243: um escravo, 22 alqueires de terra, moinho, paiol e um cavalo para serem repartidos entre nove filhos; # 252: 22 alqueires de terra e um moinho para se dividir entre nove filhos; #307: 38 alqueires, casa, paiol, moinho, monjolo, quatro vacas, cinco bestas, três ovelhas, um tear e duas rodas na partilha também por nove filhos; # 320: 40 arrobas de fruta do cafezal, 19 alqueires de terra, uma *casa metade assoalhada com alguns esteios de braúna e outros de madeira branca*, um moinho coberto de telha barreado e um cavalo — bens a que

Quanto aos comerciantes, as cifras relativas ao conjunto de seus bens é muito diferente do que encontráramos na primeira metade do século XIX. Em 1866, a fortuna do comerciante Matias José Neffs, atingia a soma de 128 contos de réis (63 contos em dívidas ativas e 63 contos em fazendas-secas nas diversas casas comerciais). Mas há negociantes bem menos afortunados. A fortuna de outro comerciante, falecido em 1875, era de pouco mais de 8 contos, dos quais 2,7 correspondiam a móveis, fazendas-secas, ferragens e molhados; bens de raiz, 3,38; e as dívidas ativas, 2,3 contos de réis.

4. A paisagem rural e a produção agrária

A paisagem rural dessa região foi dominada até a década de 1840 pelas lavouras de milho, feijão e cana. A partir de então, a um ritmo acelerado, também pelo café. Aqui e ali, alguns arrozais. É intrigante o fato de não ser feita a menção de hortas em nenhum deles. Certamente isto não significa que elas não existissem. A par dessas mudanças nas lavouras, nesta paisagem ganham um espaço importante os pastos valados. Próximas às casas, os arvoredos de espinho (laranjeiras, limeiras, limoeiros). Quanto aos gados, algumas cabeças de bois e vacas, um e outro cavalo, poucas ovelhas e cabras, mas um bom número de porcos. Esta descrição, contudo, sofre de uma deficiência: é o resultado não de informações completas de todas as roças existentes nas propriedades dadas a inventário, e sim do cruzamento de dados fragmentariamente neles lançados. É o resultado do “somatório das ocorrências”.

Em alguns poucos casos é possível encontrar unidades de produção com lavouras e criações diversificadas: numa propriedade de 200 alqueires, onde as benfeitorias incluíam chiqueiro para capados, pasto com grama e capim gordura e chiqueiro para ovelhas, olaria com 14 mil telhas, e o instrumental agrícola compreendia um batedor de milho e dois descaroçadores de algodão, foi inventariada a produção dos 3.000 pés de café (50 arrobas), do feijoal (60 alqueires) e do milharal (60 carros). Esta

tinham direito os sete filhos do inventariado; #337: um escravo, sete alqueires de terra, casa, moinho, paiol, cerca de tronco, tachos e panela de pedra, enxadas e foices, caixas, dois catres, para ser parcelados por quatro filhos; # 341: uma casa velha, um descaroçador de algodão, 22 alqueires de terra, uma caixa velha com fechadura, forno de pedra, tacho de cobre, espumadeira, banco de carpinteiro, três dúzias de achas de braúna, ferro de engomar, tear e roda para serem repartidos por dez filhos; #366: uma casa, o cafezal, as demais plantações, e as terras — avaliados em 325 mil-réis — foi o que Francisco Gomes da Silva deixara em 1874 para seus cinco filhos; # 405: 11,4 alqueires mais quatro pratos de terras de cultura, duas camas, tacho e um jogo de canastras velhas.

propriedade produzira ainda 10 alqueires de mamona, tinha seu pomar de árvores de espinho e dozes alqueires em pasto valado plantado de catingas. Esta riqueza de detalhes é, contudo, uma ocorrência isolada.⁸⁶

4.1. Grãos, cana e café

Em geral os inventários da primeira metade do século XIX poucas vezes revelam os frutos da produção agrícola. Nesses casos, o milho é o produto-rei, seguido do feijão, da cana, do arroz e do café, o qual tende a superar os três gêneros anteriores a partir dos meados do século XIX, a julgar pela frequência com que são dados a inventário os cafezais, pequenos e grandes.⁸⁷

Há várias ocorrências que evidenciam o consorciamento de culturas, especialmente das lavouras de milho e de feijão, mas há também registros de milharal e arrozal plantados em meio a cafezais.⁸⁸ Numa escritura de 1887 é referido o plantio de cereais e fumo numa lavoura de café.⁸⁹

De todo modo, aumenta o número de ocorrências de plantações de café cada vez maiores. Desde 1855 ocorrem nos inventários plantações com 9, 30, 63, 58, 60, 34, 18, 60, 20, 36, e 350 mil pés de café.⁹⁰ Esta última plantação situava-se na maior propriedade inventariada até 1890: tratava-se

⁸⁶ Inventário # 70, de José Ferreira Gomes [1843]. O monte-mor dessa unidade correspondia a 7:962\$749.

⁸⁷ Ocorrências de lavouras nos inventários até 1854: 1) milho: 4, 8, 18, 22, 25, 26, 41, 58, 70, 106, 120, 121, 153, 158; 2) feijão: 4, 18, 22, 26, 41, 70, 110, 120; 3) arroz: 120, 121; 4) canavial: 1, 5, 16, 22, 24, 31, 33, 37, 40 (*pequeno*), 41, 68, 69, 71, 76, 80, 90; 5) cafezal: 5, 16, 22, 23 (*oito mil pés*), 31, 33, 36, 37 (*pequeno*), 40 (*pequeno*), 41, 42, 44 (*alguns*), 52 (*pouco*), 58, 61, 62, 63, 69, 70 (*3 mil pés*), 71 (*velho*), 80 (*800 pés*), 90 (*alguns*), 102 (*1500 pés*), 103, 108, 115, 116, 117, 123, 125 (*em mau estado*), 129 (*pequeno*), 131 (*velho*), 146 (*1500 pés*), 149 (*400 pés*), 150, 153, 160 (*2 mil pés*); 6) “árvores de espinho”: 22, 28, 29, 31, 33, 36, 42, 58, 63, 70, 87, 90, 116, 123, 153,

⁸⁸ Inventário # 501 [1885]: *um feijal plantado na roça de milho*, # 453: *uma roça de milho no cafezal; um arrozal e o milho plantado* [no cafezal de dentro]. Acerca do consorciamento de culturas, Carlos Prates em seu relatório (MINAS GERAIS. SECRETARIA DE FINANÇAS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. p. 78) já havia escrito que *as terras em cultivo, de ordinário, alimentam simultaneamente mais de um gênero: assim, por exemplo, nas lavouras de café, como se sabe, muitas vezes se plantam também o milho, o feijão, a mandioca e até a cana e o fumo, cujas áreas de sementeira, nesses casos, não formam boas médias com as de culturas exclusivas de cada um dos mesmos gêneros.*

⁸⁹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1009, de 1887. Num contrato de locação de serviços, ao arrendatário era permitido *utilizar-se do terreno em que existir a plantação de café, plantando para si o que lhe convenha* (Livro 21, fl. 15, escritura de 23 de outubro de 1883).

⁹⁰ Inventários números 184, 249, 283, 291, 328, 332, 368, 418, 540, 546, 547.

da fazenda Santana do Sapé, do major José Justiniano Carneiro, com 230 alqueires de terra, casa de vivenda, casa para negócio e cômodo de empregados, engenho com todas as máquinas, pertences e o moinho separado.

Apesar de o café dominar a paisagem rural na segunda metade do XIX nessa região, já há registros de plantações importantes de fumo desde 1874: além das quatro toneladas de café, foram produzidos 2.645 metros de fumo numa propriedade de 284 alqueires de terra onde trabalhavam 24 escravos.⁹¹

É possível estabelecer uma **relação entre o valor alcançado pelo monte-mor e a produção agrária**? A relação é patente, **diretamente proporcional e crescentemente acentuada, no caso do café**, muito particularmente a partir da segunda metade do século XIX, dada a natureza mercantil da produção desse gênero. Sobre esta relação é necessário acrescentar que é preferencialmente por meio dela que as unidades de produção, quer camponesas, quer escravistas acessam o mercado de escravos. Além das evidências oferecidas pela relação entre montes-mores e número de escravos (anexo7), duas escrituras explicitam o mecanismo de aquisição de escravos. Numa primeira, a compra de uma escrava e sua filha por 1:900\$000 réis seria paga *com o café deste ano* [de 1863], *cujo preço hão de tratar*.⁹² Noutra, a compra de uma escrava por 1:330\$000 réis fora assegurada por *um crédito de ... 1:000\$000 réis ... e 110 arrobas de café que lhe serão entregues no ano próximo futuro*.⁹³ O quadro abaixo ilustra melhor esta relação.

Quadro 4
Relação entre Monte-mor e produção de café

ano	#	Monte-Mor	@ de café
1846	80	12:720\$000	9
1852	147	15:273\$000	20
1856	188	36:145\$112	300
1862	248	79:155\$128	200
1866	283	98:906\$000	1.200
1866	287	134:609\$008	5.000

⁹¹ Inventário # 361.

⁹² Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro VI, fls. 19 *et seqs.*, escritura de 14 de outubro de 1863,

⁹³ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro VI, fls. 65 *et seqs.*, escritura de 27 de novembro de 1865.

O mesmo não pode ser dito para a produção de grãos (quadro 5). Sem dúvida, às maiores fortunas podiam corresponder proporcionalmente a produção de gêneros alimentícios e, de fato, algumas unidades produtivas têm notáveis estoques de milho e feijão. Mas talvez o próprio fato de essa produção destinar-se essencialmente ao consumo explique não apenas a ausência de uma rigorosa proporcionalidade, como no caso do café, mas a própria menor ocorrência nos inventários. É sem dúvida notável a disparidade com que ocorrem lavouras de café e cana nos inventários — os dois gêneros ordinariamente destinados ao mercado, e portanto, mais sujeitos à avaliação para efeito da venda e posterior partilha entre os herdeiros — com relação às lavouras de grãos.

Quadro 5
Relação entre monte-mor e produção de milho (em alqueires)

#	Monte	milho
7	505	30
33	7:470	30
4	1:504	40
106	9:132	50
113	3:675	80
11	7:775	176
68	1:251	196
88	10:612	200
41	7:351	300

#	Monte	milho
98	2:709	320
18	663	400
146	8:854	400
22	5:881	408
134	13:090	680
248	79:155	880
147	15:273	1.100
144	5:667	1.450
210c	62:709	2.000

4.2. Criações

Essa sociedade identificava suas propriedades fundiárias como *porções*, ou *sorte*, e por menos vezes *sítios* ou *fazendas de terras de cultura*. Essa fórmula usual sinalizava para o fato de em raros casos encontraríamos alguma criação mais numerosa de animais, o que ocorria quase exclusivamente com o gado suíno (quadro 6).⁹⁴ É também curioso que não se fizesse menção de aves (um galinheiro aparece uma única vez num inventário de 1885, # 503).

⁹⁴ Em 1840, além da roça de quatro alqueires plantados com milho, o Capitão João de Mendonça Machado possuía 111 porcos na fazenda do Sapé, vendida nesse ano a Antônio Gonçalves Gandra; Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro I.

Quadro 6
Distribuição das criações por propriedade rural

#	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	18	19	20	>20
V	6	12	11	10	10	9	3	1	4		1	2	3	3	3	1		1	9 ¹
S	2	2	2	1	3		1	1	1	2	1	3		3	1	1		3	26 ²
C	28	12	12	10	7	1	2	2	2		2			2					
O	1	1	2	2			2	4	1		1						1	1	1

#: número de cabeças por propriedade; V: gado vacum; S: gado suíno; C: gado cavalari e mular; O: gado caprino e ovelhum; 1. total do gado vacum em fazendas com mais de 20 cabeças: 291; 2. total de suínos em fazendas com mais de 20 cabeças: 1.010.

Se, contudo, os gados são tão diminutos, por quê, então, a precoce ocorrência do termo pastos? Não seriam estes próprios para a atividade pecuária? De fato, não. Na realidade, as terras em pastos, correntemente mais valorizadas que quaisquer outras (cerca de 20% mais caras), destinavam-se às lavouras de café, mais exigentes de técnicas e cuidados maiores, como a manutenção de um terreno destocado e de uma plantação com ruas e filas regulares.

4.3. Benfeitorias, instrumental agrícola e técnicas de produção

Moinhos, monjolos, paióis e engenhos eram as benfeitorias usuais de todas as unidades de produção. É verdade que por benfeitorias eram compreendidas também as plantações, principalmente de cafeeiros, posto ser cada pé avaliado individualmente. Ao longo do século XIX, as propriedades rurais não eram mais “fabricadas”, como se dizia no século XVIII, e nem os escravos incluíam-se mais na “fábrica”. Elas passaram a possuir benfeitorias”. Dos 160 inventários até 1854, o maior número de ocorrências de benfeitorias corresponde aos moinhos: 64. Vêm em seguida os paióis (43) e os engenhos (também 43, dos quais 23 movidos por bois), e os monjolos, com 35. O número de ocorrências de alambiques é reduzido: 16.⁹⁵ O que é compreensível, em razão da natureza mercantil e concentradora de riqueza da produção de aguardente. Apenas três vezes aparecem os chiqueiros. Os “ferros de carapina” (serras, formões, etc.) são menos comuns (37 ocorrências) do que os “ternos de ferreiro” (48 ocorrências). O milho como produto-rei explica que aparecesse apenas uma vez uma roda de mandioca. Em compensação, em menos de um terço do total de 160 (51) não são declarados nos inventários as enxadas, as foices e os machados. Este dado por si só é bastante contundente no que respeita às técnicas de produção — baseadas na coivara (recorrentemente mencionada

⁹⁵ Inventários ## 1, 16, 24, 41, 50, 70, 76, 79, 94, 114, 120, 121, 137, 147, 149, 150,

como *roça derribada*) e no chuço. Aliás, em apenas um inventário (# 69) do período compreendido entre 1823 e 1890 aparece um arado.⁹⁶ Sem dúvida, a cultura do café veio a alterar profundamente procedimentos secularmente assentados, com suas exigências de plantio respeitando arruamentos, ou com a introdução de maquinismos próprios, como os ventiladores de café.⁹⁷

As manufaturas domésticas desta sociedade rural são dadas pelas suas rodas (23 ocorrências até 1854) e teares (32 vezes). Mas poucos são os descaroçadores de algodão: oito, apenas. Única também é a ocorrência de um *aparelho de liços e pentes de tear com urdideira e cardideira* (# 40).

A partir de 1855, começaram a aparecer alguns maquinismos que passaram a ser comuns entre o instrumental agrícola muito especialmente dos proprietários escravistas: debulhadores de milho, ventiladores de café e engenhos de moer cana com moendas de ferro.⁹⁸ Mas notemos que este maquinário não interferia **no processo de produção**, já que destinavam-se ao **beneficiamento dos produtos**.

⁹⁶ Até 1854, aparece apenas uma vez um batedor de milho (# 71),

⁹⁷ A primeira ocorrência data de 1855 (# 175)

⁹⁸ Debulhadores de milho: ## 175, 249, 327; ventiladores de café: ## 175, 184, 287, 361, 368; engenho com moendas de ferro: ## 283, 286, 287, 327, 368; engenho de pilar café: ## 283; bomba de tirar água: # 299; engenho para secar café: 368. Há até um terno de pesos e medidas métricas (# 368); engenho de pilar café com ventilador: #546; máquina de descascar; #546. O inventário #540 contém todos estes maquinismos. Devemos aqui concordar com Almir Pita Freitas Filho (Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas exposições nacionais da segunda metade do século XIX; 1861-1881, in: *Revista Brasileira de História*, v. 11, n. 22 [mar.-ago. 1991], pp. 71-92), ao sustentar a compatibilidade *entre escravidão e mudança tecnológica*, partindo-se do pressuposto de que, *tanto a dinâmica quanto o funcionamento de um modo de produção não-capitalista assentavam-se em outros níveis de desenvolvimento das forças produtivas e não, essencialmente, nos avanços tecnológicos*.

Capítulo III

A agonia da propriedade: parcelamento e concentração do solo

Vouz allez voir cet infatigable sapeur, ce rongeur qui morcelle et divise le sol, le partage, et coupe un arpent de terre en cent morceaux, convié toujours à ce festin par une petite bourgeoisie qui fait de lui, tout à la fois, son auxiliaire et sa proie.

H. de Balzac, *Les paysans* [1843].

Ao longo do século XIX, a estrutura fundiária da zona da Mata central experimentou transformações significativas. No último quartel daquele século, os elementos definidores desse modo de produzir já se achavam no processo de saturação que Marx no *Dezoito Brumário* havia descrito para a França da segunda metade do século XIX, e cujo principal fator era a incapacidade de produção da própria existência de seus membros, dada a crescente indisponibilidade de terras — o seu mais importante meio de produção.

O modo familiar, apesar de irremediavelmente ferido de morte, ainda encontraria alguma sobrevida nas regiões de fronteira do vale do rio Doce, exatamente onde o processo de saturação era muito mais demorado, o que não ocorria nas demais sub-regiões da Mata, como veremos neste capítulo. É compreensível, portanto, que já em 1920, a participação do valor das terras no valor total das propriedades rurais fosse menor nos municípios onde havia ainda uma zona de fronteira considerável, como Aimorés, Eugenópolis e Mutum, onde as terras representavam no máximo 70% do valor total das propriedades. Concomitantemente, eram as benfeitorias que tinham sua participação ampliada. Em contrapartida, nos municípios onde todas as terras já se encontravam ocupadas, caía a participação das benfeitorias e elevava-se a das terras (máxima em Rio Preto, com 93%). Em ambos os casos, a participação dos maquinismos era insignificante, nunca ultrapassando 1%). No valor médio das terras por hectare influenciavam a fronteira, o tipo de relevo e a qualidade dos solos.

Como se viu anteriormente, a última menção à posse como forma de acesso à terra nessa região é anterior a 1839. A partir dessa data, quando começaram a ser redigidas as escrituras de compra e venda de bens imóveis pelo notariado do Presídio, não há mais qualquer registro dessa forma de acesso. As propriedades eram invariavelmente transmitidas quer por herança, quer por compra. No vale do Muriaé, a última vez em que uma

escritura mencionou o *aposeamento* como modo de acesso ao solo foi em 1841.⁹⁹

Sorte ou *porção* ou *fazenda de terras de cultura*, sem menção de suas dimensões continuou a ser a fórmula usual nas escrituras até 1847, quando começa a crescer a preocupação de registro do número de alqueires.¹⁰⁰

À roda de 1880, esta fórmula começou a cair em desuso, em benefício de outra: *sítio*, *situação* ou *fazenda agrícola*, e a expressão *alqueires de planta de milho* alterara-se também, a partir de 1883, para expressões aparentemente mais “modernas”: *alqueires de terreno de sementeira* ou de *plantio de milho*.¹⁰¹ Eram apenas mudanças em fórmulas notariais ou tais expressões marcavam a percepção de alguma alteração mais profunda? Não temos elementos que nos possam responder seja negativa, seja afirmativamente a esta questão, exclusivamente a partir dos movimentos da estrutura fundiária. Estas mudanças de fórmula teriam sua origem em alguma mudança percebida pelo notário, ou eram apenas alguma fórmula destacada da realidade? De certo modo, foi desconcertante, depois de tabular os dados relativos a todas as operações de compra e venda de imóveis rurais do município de Ubá, registrados em seu cartório de notas entre 1839 e 1890, verificar que elas mostravam apenas um movimento de parcelamento contínuo, o que é confirmado pelos inventários (gráficos 6 e 7). A resposta, então, não parece estar ligada ao movimento revelado pelas escrituras de compra e venda de propriedades rústicas, como veremos adiante.

1. Parcelamento e concentração

Desde 1850 é flagrante o movimento ascendente do valor dos maiores montes-mores (gráfico 1)¹⁰². Isto deve ser lido como uma maior

⁹⁹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro I, escritura # 39.

¹⁰⁰ Até 1857 (escritura # 163) são bastante irregulares as ocorrências de registro da dimensão das propriedades rústicas em alqueires nas escrituras de compra e venda: 1847 (#79); 1853 (#126, #127), 1854 (#129), 1855 (#144), 1856 (## 147, 148, 152 e 154). A partir de então, as escrituras passaram a trazer com regularidade a dimensão da propriedade transmitida. A partir de 1876, o sistema métrico decimal substituiu as medidas em alqueires. Contudo, as medidas em alqueires continuaram a aparecer ao lado das dimensões em hectares fazendo a vez de “tradução”.

¹⁰¹ Escrituras ## 872, 995, 1009 e ##759, 766, 768, 830, 831, 859, 869, 890, 926, 932, 933, 966. Já em 1872 (escritura # 576) fora registrada uma *fazenda de lavoura*. Por seu turno, no distrito da sede de Juiz de Fora, nem o emprego do sistema métrico decimal — usual em Ubá desde 1876 — nem qualquer alteração quanto à nomenclatura das propriedades rústicas foi verificada até 1888 — até esse ano eram vendidas e compradas *partes ou sortes de terras* em alqueires.

¹⁰² A fonte de todos os gráficos apresentados aqui é o anexo 7.

concentração de riqueza nas mãos de um número menor de pessoas. A faixa de fortunas mais baixa — até dois contos de réis — permanecia também a mais numerosa, mas o panorama da segunda metade do século XIX é bem diferente do da metade anterior. Estas cifras têm relação direta com o número de escravos (gráfico 2) e com o valor das propriedades rurais. O preço dos escravos sofreu uma elevação a partir de 1850, o que se refletia diretamente no valor do monte. Esta concentração é perceptível de imediato na frequência com que ocorrem proprietários com mais de dez escravos. Mas já nos anos finais do escravismo, ocorreu uma queda acentuada do preço dos escravos e uma acentuada redução da participação dos escravos no valor total das fortunas agrárias (gráficos 3 e 4).

O mesmo ocorrera com o valor do alqueire de terra na região. Deve ser lembrado que, menos do que o alqueire de terra, o que tende a valorizar uma propriedade rural era antes o conjunto das suas benfeitorias, nelas incluídas, segundo a percepção dos proprietários oitocentistas, as plantações de café (anexo 7). Segundo os inventários, até 1838, o valor máximo atingido pelo alqueire de terra na região foi 10\$000 réis. Entre 1839 e 1848, o preço variou entre 15\$000 e 30\$000 réis. A partir desse último ano até 1854, os preços subiram até cerca de 50\$000.

De todo modo, a partir do último quartel do século XIX acentuou-se o processo de parcelamento da propriedade (gráficos 6 e 7).

2. A transformação do trabalho

A redução da participação da mão-de-obra escrava no conjunto das fortunas rurais não poderia deixar de provocar transformações importantes nos sistemas de trabalho. A única ocorrência de um contrato de aluguel de serviços de escravos data de setembro de 1885. Este dado parece indicar a baixa expressão dessa forma de alocação de mão-de-obra escrava.¹⁰³

Além disso, começavam a tornar-se comuns contratos de “sociedade agrícola” entre proprietários rurais, e de formas de trabalho em transição para o capitalismo.

Em 1872, foi registrada uma escritura de *contrato social para o cultivo de uma fazenda de lavoura de que eram senhores e possuidores em partes iguais* o major José Justiniano Carneiro (gerente), José Cesário de Faria Alvim e Antônio Cesário de Faria Alvim. Tratava-se da fazenda Liberdade, com 183 alqueires de terras de cultura, duzentos mil pés de café plantados e dando frutos, com seu engenho despoldador, terreiro e mais benfeitorias avaliadas em Rs

¹⁰³ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 23, fl.53v: refere-se ao aluguel de seis escravos, a 140\$ anuais cada.

73:800\$000, além dos 44 escravos avaliados em Rs 40:000\$000. A fazenda já estava sendo cultivada dessa forma desde 1863 por meio de um contrato particular, que naquele momento era *reduzido a escritura pública*. É a primeira ocorrência de um contrato dessa natureza nos livros de notas de Ubá.¹⁰⁴

Em 1877 registrava-se o arrendamento terras na fazenda Boa Esperança por cinco anos, a 600\$000 réis anuais.¹⁰⁵ Pouco depois, em 1879, uma chácara com árvores de espinho, bananeiras, nove alqueires quase totalmente plantados de café, era também arrendada por quatro anos, ao preço de 170\$000 réis anuais.¹⁰⁶ No ano seguinte, era celebrado o *contrato de sociedade agrícola* da fazenda Vinhas, com 33 alqueires, mais benfeitorias, cafezais e três escravos. Esta fazenda confrontava-se com a mesma fazenda Liberdade.¹⁰⁷ E dois anos depois, era lançada nos livros do notariado uma *escritura de locação de serviços para feitor da fazenda Boa Vista*, no valor de 800\$000 anuais, pagos trimestralmente, mais casa para a família.¹⁰⁸

São extremamente instrutivas as seguintes escrituras de contrato de locação de serviços para plantação de café.

Em 1884, João Valente do Nascimento contratara os serviços de João Vitorino de Souza para o plantio de café em um terreno de um alqueire de terras. O contratante obrigava-se a pagar ao contratado 100\$000 por cada milheiro de pés de cafeeiros. Vitorino de Souza ficava por seu turno obrigado a entregar ao proprietário o café que houvesse plantado no fim de dois anos contados desde a data da escritura. Além do pagamento em dinheiro ao contratado era concedido o direito de *utilizar-se do terreno em que existir a plantação de café, plantando para si o que lhe convenha*. Porém, rezava o contrato que, *findo o dito prazo, não puder pagar a quantia estipulada, o mesmo João Vitorino de Souza poderá colher para si o café e utilizar-se do terreno onde existir até ser pago, ficando porém obrigado a replantá-lo e tratá-lo convenientemente*.¹⁰⁹

Outro contrato da mesma natureza fora celebrado entre José Rodrigues do Carmo residente em Ubá, e os irmãos Cassiano, Luciano e Silvério Fialho de Souza, residentes em Tocantins. O contratante prometia fornecer aos irmãos *terras de cultura sitas na freguesia de São José de Tocantins ... para nelas ... fazerem plantação de café, e no mesmo terreno plantarem víveres para si*,

¹⁰⁴ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 576.

¹⁰⁵ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 15, escritura # 695, de 1877.

¹⁰⁶ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 17, escritura de 29 de agosto de 1879.

¹⁰⁷ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura #758.

¹⁰⁸ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 19A, 1882.

¹⁰⁹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, livro 21, fl.15, 23 de outubro de 1883.

dos quais víveres poderão dispor em seu proveito durante o prazo de cinco anos contados do primeiro dia em que derribarem o mato para a respectiva plantação. A escritura deixava muito claro que a plantação de café feita pelos irmãos era propriedade do contratante. No primeiro ano deveriam ser plantados oito mil pés de café e no ano seguinte mais oito mil pés de café. A plantação deveria ser entregue ao contratante ao final dos cinco anos pelo valor de 30\$000 por milheiro. Contudo, se fosse verificada *no fim dos cinco anos que a plantação de café está desigual, que a replanta não foi feita a tempo e sendo a replanta de mais de quatro mil pés, ... o contratante era obrigado a pagar somente 20\$000 por milheiro, e se a replanta for de mais de oito mil pés, somente 10\$000.* O plantio devia ainda respeitar *a distância de 16 palmos de rua a rua e de 14 palmos de pé a pé.* Ao final dos dois primeiros anos, caso o cafezal não estivesse plantado, os contratados perderiam *todo o trabalho em víveres que estiverem plantados.* E se findos os cinco anos o contratante não pudesse pagá-los, *os três [irmãos] colherão para si o café até serem pagos.*¹¹⁰

Com outro caráter é o contrato social de parceria da fazenda Boa Vista, celebrado entre o Dr. Remígio Silveira de Faria Oliveira e o Tte Cel. Eugênio Bernardes de Lemos Horta.¹¹¹ Não é um contrato de parceria entre proprietário e trabalhador, mas muito mais propriamente um contrato de sociedade agrícola nos moldes daquele celebrado em 1872 pelos proprietários da fazenda Liberdade, visto anteriormente. O primeiro entrava com a fazenda e três escravos e o segundo entrava com 12 escravos *para o trabalho diário da respectiva lavoura.* A administração estava a cargo do segundo. A sociedade teria cinco anos e três meses de duração. O Administrador estava obrigado a plantar no tempo competente, nunca menos de 15 alqueires de milho, três alqueires de feijão, dois alqueires de arroz e bem assim *mandioca, inhame, e carás e a ter em bom estado e conservação a horta e pomares.* Os produtos da fazenda (café, arroz, milho, feijão) que fossem vendidos, seriam divididos em partes iguais, e bem assim o gado suíno e lanígero, exceto a produção do gado vacum. O Administrador devia ter um livro para nele ser lançada a receita e despesa da fazenda, mas Remígio era obrigado a ter na fazenda bois e vacas necessários, i. e., o gado indispensável *para o custeio da fazenda.*

De natureza diferente, apesar do nome que acima o texto da escritura, (“sociedade agrícola”) é o contrato de parceria celebrado entre José Francisco Coelho do Nascimento e José Pedro Rodrigues em 1887.¹¹² O

¹¹⁰ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 919, 1884.

¹¹¹ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura #924, 1884.

¹¹² Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1007, 1887.

contratante entregava uma *área de 14 hectares e 52 ares estando ... capinada na fazenda Cachoeira da Boa Esperança*, para nela ser plantado um fumaço, cujos lucros líquidos seriam divididos *em igualdade entre si*.

Outro contrato de locação de serviços realizado no mês seguinte tinha como contratante o padre Laurindo Vieira de Queiroz, que entrava com um *terreno de ¾ de plantio de milho para ser plantado de café por Manuel de Souza Goularte — que preparará o terreno convenientemente ... podendo nele plantar cereais e fumo findos quatro anos ... entregará o cafezal e receberá 100 réis por cada um cafeeiro que esteja em perfeito estado de vegetação*. Como nas escrituras anteriormente vistas, *em caso de rescisão [o contratado] perderá todo o trabalho*.¹¹³

Estas formas intermediárias de trabalho também podem ser respigadas nos inventários: no do major José Justiniano Carneiro, de 1890 (#547), é registrada uma *casa que serve para negócio e cômodo de empregados*. Noutro, do mesmo ano, (#546), menciona-se uma *casa de despejo ou de camaradas*.¹¹⁴

Deve-se ter muita atenção para uma diferença importante entre estes contratos. As “sociedades agrícolas” ocorrem entre dois proprietários que investem na produção de algum gênero com partes iguais ou diferentes. Os arrendamentos, as parcerias, ou as “locações de serviços” que até aqui temos visto são antes formas intermediárias nas quais o pagamento de um salário à força de trabalho é conjugado com outras formas de remuneração.

Creio agora poder oferecer uma hipótese para a alteração de registro pelo escrivão de notas das propriedades rurais.¹¹⁵ Não deve ter sido o tamanho das unidades de produção que chamou a atenção do notário. Afinal de contas, nos últimos dez anos do Império este escrivão assistiu a uma crescente pulverização da propriedade rústica. O que deve ter de fato chamado sua atenção foi o crescimento do número de contratos de constituição de “sociedades agrícolas”, de arrendamentos, parcerias e de locação de serviços. Seria a partir dessa alteração que, não apenas o escrivão, mas uma parte dessa sociedade, começaria a perceber aquilo no que a propriedade rural havia se transformado então: menos do que um meio de produção que conferia o tão desejado *status* a quem a possuísse, tão somente uma unidade de produção.

Estas mudanças em Ubá, precipitadas pelo precoce processo de parcelamento da terra, talvez tenham se tornado mais flagrantes aí devido à inexistência de barões do café ou quaisquer outros titulares do Império.

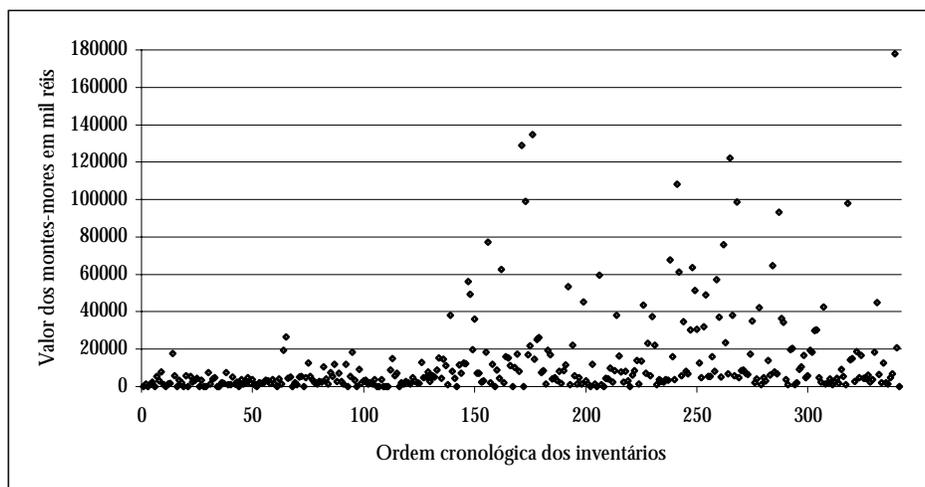
¹¹³ Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá, escritura # 1009.

¹¹⁴ A prática da parceria está registrada no inventário # 535, no qual foi lançado *o café colhido pelos empreiteiros, sendo a metade [de 400 arrobas] 200 arrobas*.

¹¹⁵ Sobre isso cf. CARRARA, A. A., *A zona da Mata ...*, 1993, especialmente o cap. 3.

Quando muito, comendadores. Além disso, alguns personagens que dominaram a vida política nesse município durante todo o Império não eram proprietários rurais e — o que é mais grave — defendiam o fim do escravismo. Sem dúvida, esta atitude política era-lhes facultada pelas próprias condições objetivas daquela porção da sociedade cujos interesses deviam representar na Câmara e no Senado do Império.¹¹⁶

Gráfico 1
Valor dos montes-mores: 1823-1890



¹¹⁶ A história quantitativa mostrou seus limites: *la histoire matérielle et quantitative elle-même, et si exhaustive et rigoureuse qu'elle pût être ... ne fournissait qu'une trame, indispensable, mais encore grossière*. (LADURIE, E. L. R., *Les paysans ...*, p. 10).

Gráfico 2
Número de escravos por inventário (1823-1887)

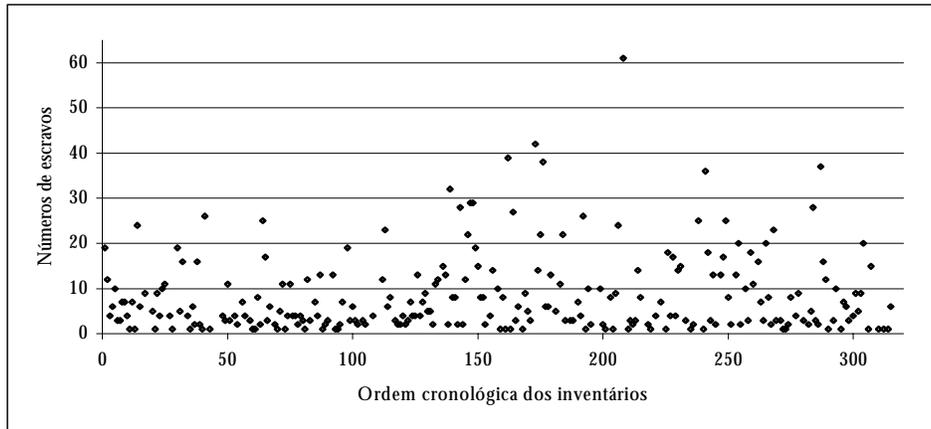


Gráfico 3
Valor dos escravos entre 18 e 30 anos (1823-1887)

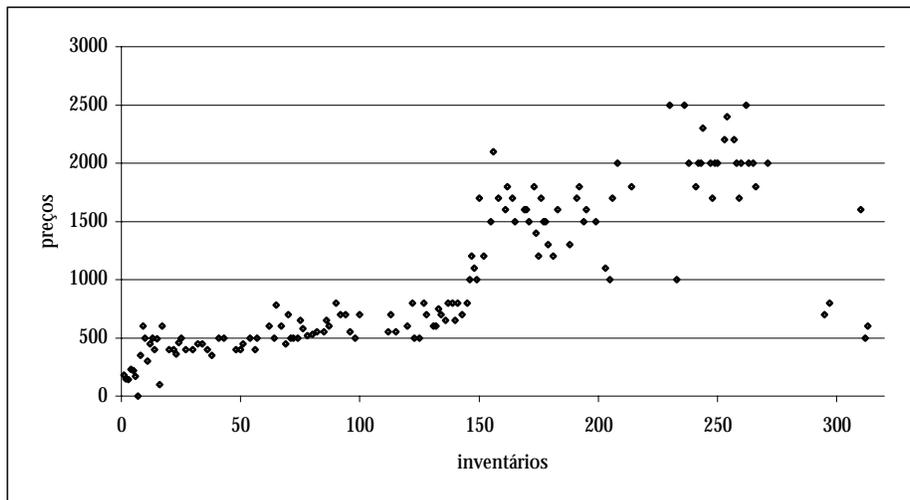


Gráfico 4
Valor total dos escravos por inventário (1823-1887)

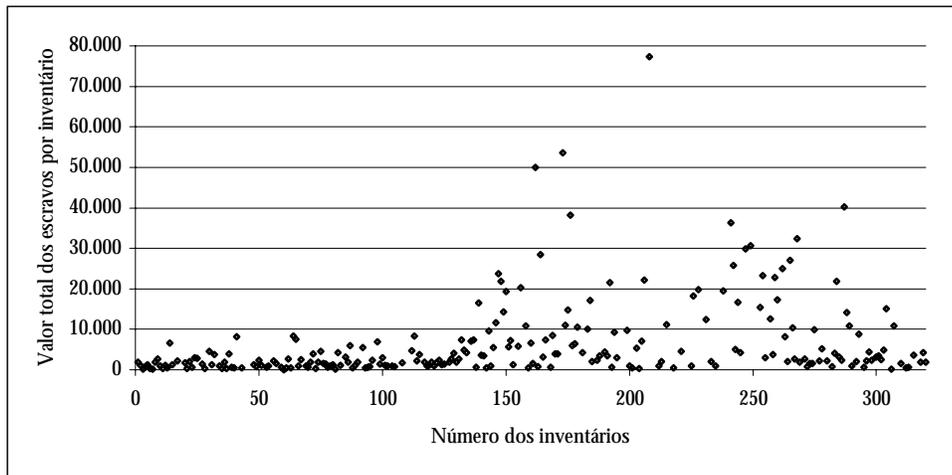


Gráfico 5
Valor do alqueire de terra na freguesia de Ubá (1854-1886)

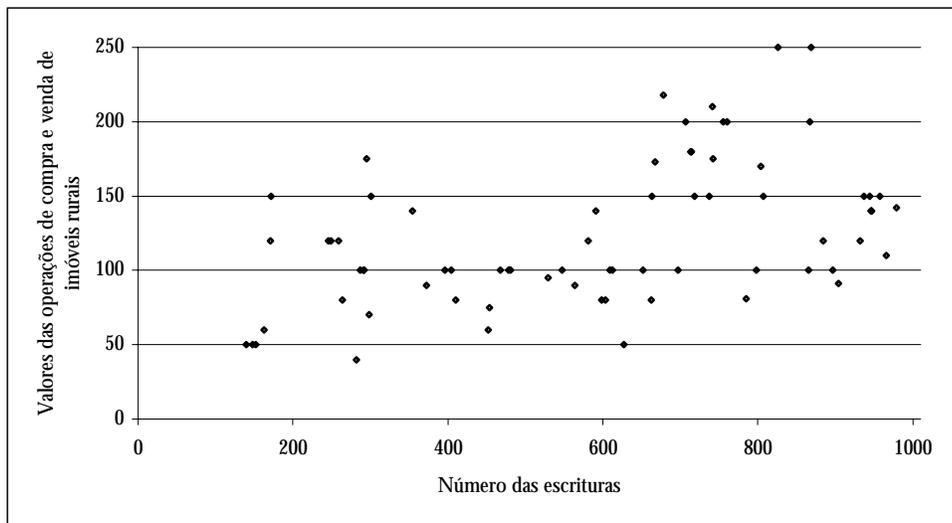


Gráfico 6
Valor das operações de compra e venda de imóveis rurais
no município de Ubá (1839-1890)

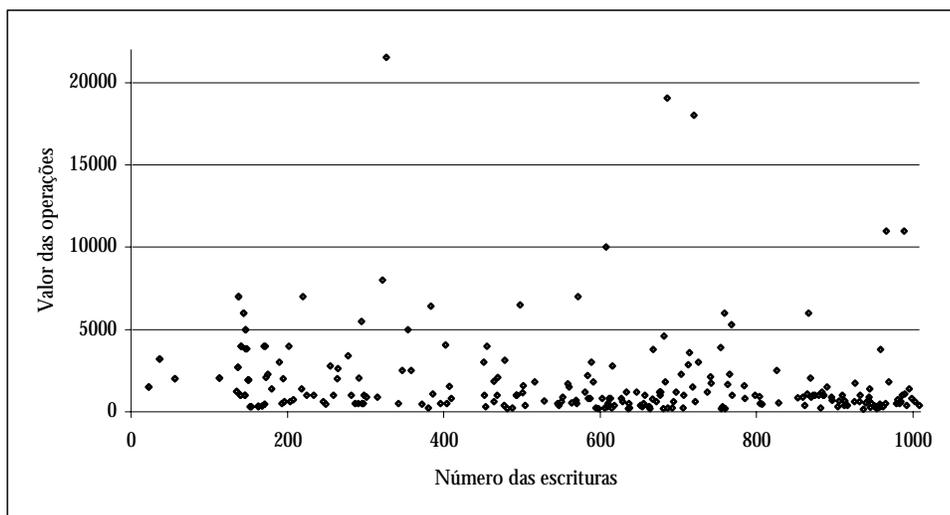
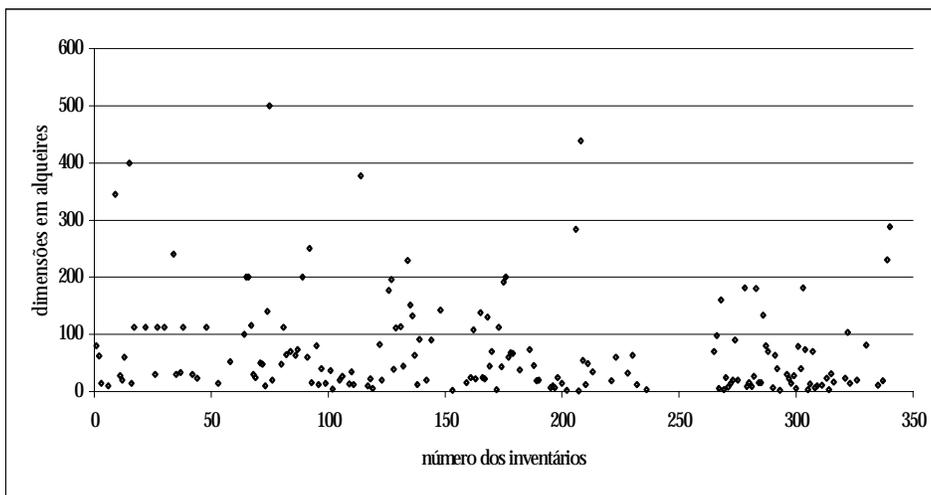


Gráfico 7
Dimensões das propriedades rurais por inventário (1823-1890)



Capítulo IV

Produção agrária e industrialização: o lento ocaso de um mundo antigo

O fim do escravismo por si só não alterou o caráter das diferentes unidades de produção. O impacto das transformações foi sentido de forma diferenciada pelas estruturas econômicas de um e outro modo de produção. Os pequenos proprietários viam inermes diminuir sua capacidade de sustentar a si e a suas famílias, já que não lhes era fácil introduzir novos métodos de produção capazes de elevar a produtividade de suas lavouras, o que acabaria, inclusive, por mudar a natureza do seu processo de produção. Além disso, a persistência de alguns lavradores nas formas familiares de produção de baixo nível técnico terminava sempre por provocar um claríssimo contraste diante da elevação da produtividade nas unidades que puderam contar com alguns poucos melhoramentos.¹¹⁷ Não se pode esquecer também que a participação dos pequenos lavradores na produção mercantil dependeu de uma série de fatores, dos quais o principal era o acesso estável à terra, o que, nesse momento particular, significava o título de propriedade, de que bem poucos dispunham.

A introdução de novos maquinismos ou a simples incorporação de novos métodos de manejo de culturas e criações possibilitariam o incremento da produção destinada ao mercado (externo ou interno). Porém, os limites das estruturas de produção camponesas, especialmente a disponibilidade restrita de novas terras para um número crescente de pessoas, conjugada com a pouca difusão desses procedimentos novos atuavam como os elementos fundamentais da desarticulação dessa forma de produção. As mesmas estruturas que durante mais de um século garantiram o crescimento da população e a expansão do modo parcelar, começavam a

¹¹⁷ Devemos nos indagar sobre a influência exercida pelo poder de acesso ao mercado de consumo de certos bens (manufaturados nacionais ou importados, principalmente) sobre o nível das demandas básicas da sociedade. É como se aqueles que se achavam em um nível de baixo poder de consumo sentissem fortemente a tentação de poder participar do “mundo das mercadorias”, de poder adquirir bens que representavam uma elevação das suas condições de existência: *em qualquer dia que comerdes dele [do fruto da árvore que está no meio do paraíso] se abrirão os vossos olhos, e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal* (Gênesis, 3, 5). Sem dúvida o capitalismo elevava crescentemente o nível das *assim chamadas necessidades básicas*, ao colocar no mercado um número cada vez maior de mercadorias: *o âmbito das assim chamadas necessidades básicas* (notwendiger Bedürfnisse), *assim como o modo de sua satisfação, é ele um produto histórico* (historisches Produkt), *e depende grandemente do nível cultural* (Kulturstufe) *de um país* (MARX, K. *O Capital*, capítulo 4, 3).

revelar agora seus limites. Contudo, antes da consolidação do movimento do êxodo rural, o que se verificou por consequência dessa lenta agonia dos processos arcaicos de produção foi uma grande mobilidade espacial da mão-de-obra, cuja invocação ajudava a engrossar o coro das lamúrias dos fazendeiros por falta de braços, como as relatadas em 1906 por Carlos Prates.

De fato, todas essas questões tornaram-se alvo de tratamento específico por parte do governo de Minas Gerais ainda no Império. Mas só em 1906, após a criação da Diretoria da Agricultura, passaram a pertencer-lhe *todos os negócios e serviços que se entendem com a agricultura: exame e análise de terras e de plantas; estudo dos cursos d'água e de sondagens de lençóis subterrâneos; cultura dos campos, irrigação, motores ou quaisquer máquinas e instrumentos agrícolas; estudo dos fenômenos atmosféricos; fundação administração e custeio das fazendas-modelo; todos os serviços concernentes às terras devolutas, imigração e colonização* (além da catequese indígena da colônia de Itambacuri (com cerca de 1200 índios); *propaganda dos produtos comerciais nos mercados e à estatística agrícola*.¹¹⁸

Não obstante, o lento movimento de penetração de todas essas inovações eram relatadas em 1907 pela Diretoria da Agricultura: as Câmaras Municipais informaram que poucos eram os lavradores que empregavam *máquinas aratórias*. Em Leopoldina, onde havia *muitos pequenos lavradores que trabalham com arados comuns*, a Câmara Municipal desde 1905 vinha cedendo a preço de custo, *mais de cem arados aos lavradores*. Apesar de incipiente, os criadores já procediam *à introdução de reprodutores zebus não de puro sangue*. Em Ponte Nova já eram encontrados *arados americanos*, apesar de deles não fazerem *uso constante seus proprietários*. Também em Viçosa, os arados usados *eram de sistema antigo*. O quadro retumbava à exaustão em todo o estado.

Ademais, mesmo sendo a Mata a região mais bem servida de estradas de ferro, uma das principais preocupações dos poderes públicos locais da Mata continuou sendo a implantação de uma rede de estradas vicinais capazes de escoar a crescente produção destinada aos mercados externo ou interno. Em 1900, por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Ubá aprovou resoluções destinando recursos para a construção e consertos nas estradas ligando a sede do município às fazendas dos mais importante fazendeiros — e, conseqüentemente, dos 'fazedores de eleição'.¹¹⁹ Também o Presidente da Câmara Municipal de Guarará, justificava, em 1909, que *um dos maiores benefícios prestados ao povo consiste em dotar o município de boas estradas de*

¹¹⁸ MINAS GERAIS, Diretoria da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, *Relatório de 1907*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1908, p. 3/204.

¹¹⁹ Resoluções número 158/161-2/164/171-3/176/179-81/184/186, de 1900,

*modo a facilitar o trânsito ... principalmente aos senhores agricultores.*¹²⁰ Estas mesmas idéias as repetiam os agentes executivos de Visconde do Rio Branco em 1901 e de Muriaé, em 1903.¹²¹ “Angustiante problema” também para o governo do estado: *a estrada - eis o problema angustiante e premente de Minas — Minas precisa de estradas mais que tudo.* O então candidato ao governo do estado argumentava que, entre 1910 e 1920 o valor da exportação agrícola, pastoril e manufaturas havia crescido 73%, enquanto as vias férreas 62%. E concluía que *a expansão da produção não tem sido maior exatamente por falta de transporte.*¹²² Voz que ecoava por todos os cantos da Mata. Tratando daquela referida *opulenta região*, Carlos Luz asseverava que, por não ser *servida de estrada de ferro*, teria *na estrada de rodagem a solução do seu “angustiante problema”*. E vaticinava: *depois de gastas as terras e empobrecidos os municípios* assistir-se-ia à *triste retirada dos habitantes desiludidos.*¹²³

Nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, a paisagem rural cultivada da Zona da Mata experimentava as alterações decorrentes da crise do escravismo, do desgaste dos solos, e da ocupação de novas áreas, como em porções da sub-região central e norte. Enquanto a produção cafeeira declinava na sub-região sul, Carlos Prates apresentava Muriaé como *o mais importante* [município] *da Mata sob o ponto de vista agrícola*. Para ele, a razão seria a *muito diminuta porcentagem de cafezais decadentes*. A decadência dos cafezais em Mar de Espanha era flagrante, uma vez que fora a primeira região da Mata a produzir café em larga escala. Prates registrou em Muriaé 3.339 fazendas e sítios onde se praticava a cafeicultura, além de 65 engenhos de café e 515 de cana. Ele próprio estimava a produção do município 1.500.000 arrobas. O parcelamento do solo não só se mantinha como aumentava na região central na Mata. Ao lado de Muriaé, Cataguases

¹²⁰ SOUZA, Joaquim José de, *Mensagem à Câmara Municipal do Guarará (31, 12, 1909)*, Bicas: Tip., do Comércio de Bicas, 1910. pp. 8-11.

¹²¹ MOURA, Carlos Soares de, *Relatório da administração municipal [de Visconde do Rio Branco] do exercício de 1900*, Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1901. p. 9; BRANDÃO, Júlio César Suzano. *Relatório anual do agente executivo municipal [de Muriaé]*, Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1903. pp. 5-7.

¹²² MOURA, Raul Soares de. *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. pp. 13-4,

¹²³ LUZ, Carlos Coimbra da. *Viação rodoviária da Zona da Mata* (tese apresentada ao Congresso das Municipalidades da Zona da Mata em junho de 1928 na cidade de Ponte Nova), Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928. p. 42.

sobressaía-se como outro importante município produtor, com 721 mil arrobas. Enquanto as antigas regiões produtoras cediam seus cafezais para as pastagens ou mantinham pés decadentes, Ubá, Muriaé, Ponte Nova, Rio Novo, e Eugenópolis surgiam como importantes municípios produtores. O quadro 7 dá as dimensões das lavouras distribuídas por cada município.

Quadro 7
Exportação da produção mercantil em 1907 (kg e l)
pelos estações da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil

Município	café	arroz	milho	feijão	açúcar	aguard.	fumo
Carangola	17.961.879	26.165	2.407.200	1.139.465	20.590	22.666	43.156
Juiz/Fora ¹	14.193.656	10.723	111.433	25.285	486.620	190.692	40.819
Cataguases	11.986.254	504.997	1.757.006	198.813	167.627	382.097	30.027
Muriaé	8.339.897	71.573	306.597	52.509	14.103	6.660	1.214
Ponte Nova	5.797.856	371.055	1.913.471	1.979.654	1.633.884	491.884	7.426
Guarará	5.566.455	32.097	205.517	180.323	167.833	18.810	6.884
Leopoldina	5.550.013	1.038.897	1.564.013	67.260	78.751	489.233	4.232
Rio Pomba	4.805.799	88.855	179.372	57.165	21.610	283.860	28.396
Vis./Branco	4.766.147	84.597	950.139	509.350	707.690	295.270	8.084
S. João Nep.	4.195.289	102.924	154.754	46.535	96.265	30.690	6.663
Ubá	4.065.428	78.929	476.584	174.620	8.920	79.960	243.326
Al. Paraíba	2.975.708	488.691	2.071.589	110.810	126.794	95.313	7.100
Eugenóp.	2.947.236	50.673	441.405	31.344	1.180	27.090	720
Palma	2.583.339	338.169	933.196	32.374	23.544	157.220	700
Vicosa	1.452.795	51.120	872.576	560.867	491.530	102.930	41.875
Rio Novo	1.190.410	51.728	55.809	68.071	135.768	13.427	4.610
Total	98.509.245	3.391.193	13.959.256	5.234.445	4.182.809	2.687.802	475.232

Fonte: JACOB, Rodolfo. *Minas Gerais no 20. século*. Rio de Janeiro, Gomes, Irmão e Cia., [1910]. p. 94-8/104-106; 1. mais 954.516 kg de cereais, indistintamente

Esses anos vizinhos a 1900 não marcam rigorosamente o início de uma inflexão: de certo modo, a ação do governo estadual patenteia apenas os movimentos subterrâneos da estrutura agrária, tornados flagrantes por contraste com as transformações ou seus resultados invejáveis em São Paulo, por exemplo. Era antes um esforço na busca de padrões similares de produtividade.¹²⁴ Menos do que uma inflexão, há, sim, uma conjuntura de transição mais ou menos longa, em que o modo de produzir de subsistência

¹²⁴ Assim, nas propagandas de adubo químico, era referido o sucesso de seu emprego pelos os lavradores fluminenses e paulistas; cf. os anúncios do “Guano Marchesatti”, na GAZETA DE UBÁ, em 1897.

ia sendo cada vez mais suplantado pelo capitalismo. Esta conjuntura deve ser buscada também nas curvas de variação de população rural e urbana. Esse movimento rural—urbano torna menos importante outro: o da estrutura fundiária, já que é um novo modo de produzir que se vai implantando.¹²⁵

Finalmente, a par da expansão dos setores agrários mercantis na Mata, ocorriam a urbanização e a industrialização. Sobre isso, é necessário perguntar-se acerca do significado de ambos os processos nessa região. Nesse sentido, o Relatório de 1917 (Indústrias fabris do Estado de Minas Gerais) é fonte indispensável. Mas antes de tudo, deve-se precaver quanto à indeterminação conceitual, quer dos presidentes de Câmaras, quer dos coletores estaduais, uns dizendo que não havia indústria fabril e os segundos afirmando que havia fabricantes de aguardente e açúcar em pequena escala (como em Abre Campo, Aimorés e Caratinga). Como estabelecimentos fabris eram apresentados sapateiros e seleiros, nas cidades, e pequenos engenhos de açúcar e aguardente nas propriedades rurais. Ora, o que se depreende deste Relatório é que existia um conjunto de unidades produtivas, que deveriam ser classificadas como segue:

1. estabelecimentos produtores de bens de consumo em geral, cuja máxima concentração e variedade estava na razão direta do tamanho da população urbana e da população rural participante da agricultura e da pecuária mercantis. Por isso, o maior número e a maior variedade de fábricas de bens de consumo concentram-se em Juiz de Fora. Eram fábricas de tecidos, sabão, gelo, massas alimentícias, bebidas, calçados, ‘carnes preservadas’, medicamentos, confeitos, polvilho, banha, materiais de construção, fundições, serrarias, ladrilhos, móveis, fósforos, gravatas, chapéus, cerâmica, cal, artefatos de folha, artefatos de vime, baús, caixas de papelão, carroças, cigarros, curtume, flores, latas, marmoraria, pregos, serralharia, tanoaria, vassouras;

2. oficinas de utensílios agrários: selarias, arreios, ferraduras, carroças;

3. máquinas e equipamentos introduzidos nas etapas finais da produção agrária, tornados disponíveis a um número crescente de lavradores participantes da agricultura e da pecuária mercantil. Saliente-se isto: não são ‘fábricas’ no sentido estrito do termo, mas muito especialmente máquinas de beneficiar arroz e café e desnatadeiras convertidas em ‘laticínios’ (em sua maioria fábricas de manteiga).

¹²⁵ A concentração fundiária eventual é de outra natureza, posto que o conjunto das forças produtivas do trabalho, isto é, a base técnica sob a qual se funda, é essencialmente outro.

Igualmente os curtumes (ou charqueadas). Devem ser excluídos desta lista os inúmeros engenhos de *fabricar* aguardente e açúcar, ou o que era muito mais difundido ainda, de rapaduras. No rol das ‘indústrias’, contudo, incluem-se as usinas de açúcar em Visconde do Rio Branco — primeira usina de açúcar de Minas, e de Ponte Nova;¹²⁶ finalmente, o relatório listava ainda sob a rubrica de ‘estabelecimentos fabris’

4. empresas de serviços urbanos: oficinas da Estrada de Ferro Leopoldina, bondes, iluminação elétrica (Além Paraíba), além das oficinas mecânicas e tipografias.

O responsável pelo relatório julgava que *o maior mal das indústrias mineiras está exatamente na multiplicidade de pequenos estabelecimentos, sem proporções suficientes para gozarem das vantagens da lei da divisão do trabalho*, e argumentava: *em um dos municípios relacionados existem cerca de sessenta engenhos de ferro para fabricação de aguardente e açúcar, e mais oitenta engenhos para o mesmo fim. Quem negará a vantagem econômica que adviria a essa infinidade de pequenos industriais se eles reunissem os seus primitivos engenhos e com eles formassem uma ou duas grandes usinas aperfeiçoadas para a mesma produção, passando uns daqueles pequenos industriais a ser grandes industriais, com conhecimento técnico da sua indústria, e os outros a agricultores dedicando-se ao plantio da cana para ser vendida?*¹²⁷ Ora, era a absoluta falta de rigor quanto à classificação do que fosse verdadeiramente uma ‘indústria’ (‘pequenos e grandes industriais’), que turvava para o autor o lugar ocupado pelos diversos ‘estabelecimentos fabris’ em estruturas econômicas variadas que seu relatório mencionava: *manufaturas com métodos de produção mais ou menos antiquados, ... ofícios à moda antiga, e, finalmente, até esparsas indústrias assim chamadas domiciliares ... há muito caíram sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica. A legislação foi obrigada ... a declarar arbitrariamente qualquer casa na qual se trabalhe como sendo uma fábrica (factory)*.¹²⁸ Até 1915, o único setor rigorosamente industrial na Mata era o têxtil (em Juiz de Fora havia ainda uma fábrica de ladrilhos). A Mata detinha um terço da produção industrial anual de Minas Gerais e da mão-de-obra (2.058 operários em Juiz de Fora, 611 em São João Nepomuceno, 162 em Viçosa, 112 em Cataguases e 100 em Além Paraíba).

¹²⁶ IGLÉSIAS, Francisco, *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 113.

¹²⁷ MINAS GERAIS, SECRETARIA DA AGRICULTURA, Seção de Indústria, *Relação das indústrias fabris do Estado de Minas Gerais (1917)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918. p. 4; grifo meu

¹²⁸ MARX, K. *O Capital*. cap. 8, 7.

Contudo, e talvez o que deva ser mais importante, não se deve exagerar o lugar ocupado pelo processo de industrialização. Apesar de simultâneos, dever-se-ia cuidar mais da 'urbanização'. A comparação entre as cifras relativas à população urbana total e à mão-de-obra industrial confere alguma consistência a essa afirmação.

Dados os pressupostos teóricos deste trabalho, mereceria maior atenção a análise do modelo de industrialização há muito assente no movimento das categorias do 'setor de mercado externo', do 'setor de mercado interno' e do 'setor de subsistência', além do próprio modelo da 'substituição de importações'. Mesmo que Carlos Prates exagerasse a participação da população urbana do distrito da sede de Juiz de Fora para o ano de 1905 (80%),¹²⁹ é possível que o êxodo rural precoce em Juiz de Fora adviesse das dificuldades de reestruturação do setor agrícola com o fim do escravismo, além da demanda de mão-de-obra provocada pelo setor industrial e de serviços em expansão. Mas, na região, até 1940, a maioria da população continuava rural.

Compreensível, além disso, que a participação do valor das terras no valor total das propriedades rurais fosse menor nos municípios onde havia ainda uma zona de fronteira considerável, como Aimorés, Eugenópolis e Mutum, onde as terras representavam no máximo 70% do valor total das propriedades. Concomitantemente, eram as benfeitorias que tinham sua participação ampliada. Em contrapartida, nos municípios onde todas as terras já se encontravam ocupadas, caía a participação das benfeitorias e elevava-se a das terras (máxima em Rio Preto, com 93%). Em ambos os casos, a participação dos maquinismos era insignificante, nunca ultrapassando 1%). No valor médio das terras por hectare influenciavam a fronteira, o tipo de relevo e a qualidade dos solos. Em 1920, as terras mais baratas situavam-se em Caratinga, Aimorés, Mutum, Manhuaçu (o preço do hectare variava entre os 40 e os 80 mil réis); entre os 80 e os 150 mil réis por hectare eram avaliadas as propriedades em Palma, Abre Campo, Eugenópolis, Carangola, Muriaé, Rio Casca, Rio Preto, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Leopoldina, Viçosa; a faixa entre os 150 e os 200 mil réis englobava Cataguases, Rio Pomba, Visconde do. Rio Branco, Ponte Nova, Guarani, Mercês, Guarará. Por fim, as terras mais caras, situadas na faixa entre 235 e 264, em, Rio Novo, Juiz de Fora, e Ubá.

Caberia ainda indagar sobre quem eram os responsáveis pela produção agrária mercantil nos fins da República Velha, que em 1920 respondiam por

¹²⁹ MINAS GERAIS, SECRETARIA DE FINANÇAS, [*Relatório Carlos Prates*], Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. p. 17-8.

87% da receita do estado.¹³⁰ As cifras sugerem a possibilidade de continuarem vegetando formas de produção familiares quando são comparadas, por exemplo, as cifras relativas à população total de cada município com o número de estabelecimentos rurais recenseados no mesmo ano. Se até 1940 a maioria da população da Mata permanecia rural, é-nos consentido suspeitar da difusão do modo de produção familiar nas duas décadas imediatamente anteriores. Talvez seja mesmo essa proporção que explique a mobilidade espacial da mão-de-obra e o êxodo rural. Certamente o número de propriedades rurais existentes superava em muito o número de propriedades rurais recenseadas em 1920. Seu número pode ser acompanhado anualmente nas listas de pagadores do Imposto Territorial Rural existentes nos arquivos administrativos de cada uma das atuais Prefeituras que disponham desta série, na ausência de outros tipos de cadastros, como o que dispunha o município de Ubá em 1906. Em 1920, para os fins censitários, foram excluídos os *pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio*. A exclusão recaía sobre os proprietários rurais cuja produção anual não atingia a 500\$ réis.¹³¹ Natural, portanto, que a desproporção entre o número de habitantes em cada município e o número de proprietários rurais recenseados fosse tão grande.

Não obstante a lucidez quanto à compreensão de alguns dos ingredientes que geravam esse êxodo, as elites políticas ficavam desnorteadas em razão das próprias imprecisões conceituais para explicar o fenômeno. Se de um lado eram corretas as idéias de Raul Soares de que os *embaraços à constituição da pequena propriedade são um dos estorvos mais sérios ao povoamento dos campos e aumento da produção agrícola*, e que *o rareamento da população rural, pela menor procura de braços resultante do progresso da lavoura mecânica, é um fenômeno natural de evolução econômica*, é uma incongruência que ele mesmo logo em seguida afirmasse que naquela *região cujo progresso, tanto quanto se pode prever, se acha inseparavelmente ligado ao incremento da indústria agropecuária, a 'derruralização' indica um mal*. Raul Soares não percebia que esse fenômeno não era exclusivo dos países industrializados. Afinal, para ele, a

¹³⁰ MOURA, Raul Soares de, *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 11.

¹³¹ BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920: agricultura, superfície total, área e valor dos imóveis recenseados; recenseamento do gado*, Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923. (v. 3, parte I).

‘indústria’ predominante em Minas era a *indústria agrícola e pastoril*.¹³² ‘Indústria’ que por mais de uma geração permaneceria predominante. Em 1940, quase quatro quintos da população da Mata era rural, apesar das variações internas. Evidentemente, a sub-região norte era a que ainda apresentava as menores taxas de população urbana: 4,69% em Tarumirim, 6,5% em Ipanema, 7,77% em Caratinga. O distrito da sede do município de Juiz de Fora, por seu turno, mantinha a taxa de cerca de 80% de população urbana, a maior da região, e praticamente a mesma de Belo Horizonte. Mesmo o distrito da sede de Ponte Nova apresentava a metade desse índice: 37,76%. Mas em geral, a população rural raramente era menor do que 85% — o que ocorria apenas em Leopoldina, Manhumirim, Muriaé, Ponte Nova, Recreio, Rio Novo, São João Nepomuceno, Viçosa, Ubá, Além Paraíba, Bicas, Cataguases e Guarani.

Contudo, algo novo e importante ocorrera entre 1920 e 1940: a zona da Mata vira reduzir-se sua participação no conjunto da população do estado de Minas Gerais. Alguns municípios sofreram mesmo uma acentuada queda de população, particularmente Ubá e Visconde do Rio Branco, onde o movimento de baixa foi da ordem de 21% e 17%, respectivamente. Outros, como Viçosa, experimentaram um movimento de alta insignificante. Ao invés de um processo de estabelecimento de um modo industrial de produção no campo, com o conseqüente êxodo rural, especialmente a zona da Mata central experimentou apenas um processo de esvaziamento das áreas rurais. Nesse longo processo de transição continuaram sendo estabelecidas relações de produção que combinavam na prática outros tipos de pagamento, adequadas a procedimentos produtivos muito lentamente transformados. Mesmo nos setores de agricultura comercial — cana-de-açúcar, por exemplo, o salário por muito tempo continuou sendo um eufemismo condescendente para referir-se ao pagamento de um proletariado rural brutalmente expoliado da sua humanidade, para o qual o único pré-requisito deveria ser o saber manejar um facão.

¹³² MOURA, Raul Soares de, *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. pp. 11/28-9.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Cartorárias e Notariais

As fontes mencionadas neste estudo estão custodiadas no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público Municipal de Ponte Nova.

Merecem especial menção, ademais, os seguintes arquivos e acervos.

1.1. Cartório de Notas de Rio Pomba (CNRP)

No Cartório de Notas de Rio Pomba foram consultados os livros primeiro (aberto em 23 de janeiro de 1833, encerrado em 30 de agosto de 1837) e segundo (aberto em 1^o de setembro de 1837, encerrado em 15 de agosto de 1847).

1.2. Foro de Ubá — Inventários

A zona da Mata central durante a primeira metade do século XIX foi objeto de estudo deste trabalho. Em razão disto, todos inventários deste período, custodiados pelo Foro de Ubá foram listados abaixo, e referidos segundo o número (#) de cada na Primeira Secretaria do Cível daquele Foro. São listados abaixo todos os inventários da primeira metade do século XIX consultados. Já os inventários abertos a partir de 1855 até 1890, custodiados igualmente pela mesma instituição, foram referidos ao longo do texto pelo número e ano respectivo.

#	Ano	Inventariado/-a	Domicílio
1	1823	Eugênia Maria da Luz	faz. Boa Esperança, serra do Ubá
1	1839	Joaquim Teixeira de Siqueira	faz. Boa Esperança, serra do Ubá
2	1826	Maria Joaquina de Freitas	serra do Presídio
3	1824	Maria Bernardina da Silva	rib. Capivara, Santa Rita do Turvo
4	1825	João Pinto de Freixo	faz. Cristais, Santa Rita do Turvo
5	1826	Domingos José da Silva de Andrade	Cachoeirinha do Chopotó, Calambau
7	1826	Ana Francisca de Jesus	rib. Ubá
8	1826	José Anastácio Alves Lira	faz. Mainart, Sumidouro
9	1828	José Lourenço da Silva	capela de São João Nepomuceno
11	1831	Rosa Vieira do Nazaré	Arraial do Presídio
12	1831	Ana Joaquina de Jesus	Sapé do Presídio
13	1831	Maria da Conceição	São José do Barroso
14	1832	Maria Clara de Jesus dos Santos	Conceição do Turvo
15	1832	Maria Bernarda	rib. do Cágado
16	1832	Narciso da Costa Santos, ten.	arraial do Presídio

17	1832	José Correia de Meireles	rib. de Santana dos Bagres
18	1832	Manuel Francisco Cabral e Manuel Bento da Cunha	faz. São José dos Airões, Santa Rita do Turvo
19	1832	Joaquim José da Costa, sargento	cab. do rio Casca
20	1832	Francisca Gonçalves Teixeira	faz. Pouso Alegre, rib. das Caveiras
21	1832	Micaela Ferreira da Silva	Arraial do Presídio
22	1832	Ana Silvéria de São José	Passa Cinco, Presídio
23	1832	Joana Francisca	rib. da Piedade
24	1832	Maria Antônia da Encarnação	Pouso Alegre[, rib. das Caveiras]
25	1832	Bento José da Silveira	arraial do Presídio
26	1833	João Alves Supico	sítio da Cachoeira do Espírito Santo
28	1833	Joaquim Gomes da Silva	córrego Feiticeiro, Presídio
27	1833	João Antônio Pereira da Silva	faz. Mutuca, Senhora dos Remédios
29	1836	Joaquim Gonçalves Leal	Cachoeira Grande dos Arrepiados
30	1837	Manuel José Botelho	faz. Córrego Limpo, Ubá
32	1837	Henriques José Vasconcelos	faz. do Corgo Alegre, Ubá
33	1837	Luis Rodrigues Silva, Guarda- mor	faz. da Moqueca, Arrepiados
34	1837	Ildefonso Lopes Rosado	sítio do Pombal, Conceição do Turvo
35	1837	João de Freitas Ferreira	faz. Sumidouro e Turvo Limpo, Santa Rita
36	1838	Manuel Dias Eduardo	faz. Serra das Caveiras, Presídio
37	1838	Bento Coelho Barbosa	faz. Ribeirão da Piedade, Presídio
38	1838	Rosana Rotina de Santa Rosa	faz. das Quatro Barras, cab. dos Encadeados de São José do Barroso
39	1838	Antônio Carvalho do Vale	faz. Santa Juliana, Presídio
40	1838	Antônio Ferreira da Costa	faz. Sapé de Cima
41	1838	Ana do Carmo	faz. Dutra, Conceição do Turvo
42	1838	Joaquina Emerenciana de Jesus	arraial do Presídio
43	1838	Simplicio Luís da Cunha	[arraial do Presídio]
44	1840	Vital de Souza Ribeiro	faz. do Rib. da Capivara, Santa Rita
46	1840	Ana Porcina	corgo da Jacutinga, Sapé
47	1840	José Lopes da Rocha	Xopotó novo, corgo da Laje
48	1840	Vitoriano José de Faria	rib. da Perdição, vertentes do Muriaé
49	1840	Caetana Rosa da Purificação	corgo do Barreiro, arraial do Presídio
50	1840	Custódia Maria das Dores	faz. Santa Rita, no rio Muriaé
52	1840	Ana Umbelina Soares Pereira	faz. Cachoeira Grande, Arrepiados
53	1840	Joaquim José Teixeira de Carvalho	arraial do Presídio
54	1840	Maria Casemira de Jesus	faz. Santa Cruz dos Bagres

55	1840	João dos Santos França Gato, capitão	faz. Cach. Alegre da Nova Floresta
	1842	Emerenciana Maria da Luz	
57	1842	Maria Vitória	São José do Barroso
58	1842	Albano José de Souza	São João Batista do Presídio
59	1842	Francisco Ferreira da Costa	faz. do Sapé
60	1842	Antônio Benedito de Melo	São João Batista do Presídio
61	1842	Manuel Ferreira Braga	faz. Boa vista, Ubá
62	1842	Maria José do Carmo	faz. Sobradinho, Ubá
63	1842	Genoveva Maria de Jesus	São João Batista do Presídio
64	1842	Maria Narcisa de Jesus	Arraial do Presídio
65	1842	Inácio Mariano de Godói	rib. do Turvo, barra do Taquaruçu
66	1842	Antônio José de Oliveira	faz. Sapé
67	1842	Feliciano Moreira da Mota	faz. Barra da Água Limpa
68	1843	Carolina Maria da Fonseca	Arraial de São José do Barroso
69	1843	Gonçalo Barroso, cap.	faz. Cachoeira
70	1843	José Ferreira Gomes	faz. Ribeirão Vermelho
71	1844	Maurício dos Santos Ferreira	faz. Cachoeira de São Clemente
72	1844	Antônia Maria de Jesus	faz. Belo Monte do Chopotó
73	1844	Estanislau de Azevedo Pinto	faz. Cachoeira Alta da Independência
74	1844	João Anastácio Alves Lira e Francisca Angélica de Jesus	Arraial de São José do Barroso
75	1844	Maria Luísa de Tolentino	Arraial do Presídio
76	1844	João Correia Rego	faz. do Bom Jardim
77	1844	Manuel Joaquim de Moura	faz. Piçarra, Presidio
78	1846	Maria Rosa	Arraial do Presídio
79	1846	Francisco Pereira Borges	faz. Bagres
80	1846	Maria Emerenciana de Jesus	Cachoeira Alta do Ribeirão Crusoé
81	1846	João Leão Lopes, sgt.-mor	Vila do Presídio
82	1846	João Lodolfo	
83	1846	Clara Maria de Jesus	Arraial de São José do Barroso
84	1846	Francisca Antônia da Silva	Vila do Presídio
85	1846	Ana Francisca Lopes	faz. Piçarras, Presídio
86	1846	Antônio Carvalho do Vale	
87	1846	José Rodrigues de Freitas	faz. Porto do Muriaé
88	1846	Luzia Antônia de Paiva	faz. Encadeados
89	1846	Custódio Pereira de Souza	Arraial do Presídio
90	1846	Vitória Maria do Espírito Santo	Cachoeira Alta do Crusoé
92	1846	Camilo Jacinto Freire	faz. Pinhão, São José do Barroso
93	1846	Marcelina Dias Santiago	distrito da Meia Pataca
91	1846	Joaquim José Diniz	Vila do Presidio

94	1846	José Faustino da Silva, alf.	faz. Onça, São José do Barroso
95	1847	Lisino Bento da Silveira	
96	1848	José Fialho Garcia	faz. Glória, Ubá
97	1848	Manuel de Freitas Henriques	Barra do Ubá
98	1848	Maria Teodora da Silva	faz. Paraíso, Tocantins
99	1848	Antônio da Costa de Oliveira	?
100	1848	José Vieira da Silva	faz. Cór. de São Pedro, afl. do rib. dos Bagres
101	1848	Antônio Francisco de Lima	faz. Quindiúbas, Presídio
102	1848	Vicente Antônio Domingues	Vila
103	1849	Meyer Samuel Simões	faz. Glória, Ubá
104	1849	Joana Cipriana de Souza	faz. Serra
105	1849	Antônia Lina	rib. Bagres, vertentes do
106	1849	Ana Rosa de Jesus	Itatiaia, Ouro Preto
107	1849	Manuel Joaquim Souto	faz. Serra
108	1849	Sebastiana Ferreira de Jesus	Vila
109	1849	Antônio Pereira da Silva, sgt.	faz. Nova Floresta, S. J. do Barroso
110	1850	Ana Emilia da Glória	faz. Cachoeirinha, Vila
111	1850	Clara Dias de Carvalho	faz. Santa Rita do Turvo
112	1850	João Caetano de Souza	Vila
113	1850	Joaquim Vaz da Silva	Serra, vertentes do Muriaé e do Presídio; Tabocas
114	1851	Eva Gomes Pereira	arraial dos Bagres
115	1851	Maria Josefa de Jesus	arraial dos Bagres
116	1851	Quitéria Rodrigues de Assunção	Vila
117	1851	Maria Umbelina	Vila
118	1851	Mariana da Silva	Serra dos Bagres
119	1851	Ana Gonçalves	rib. Vermelho, Vila
120	1851	Mariana Luísa do Nascimento	faz. Boa Esperança, Presídio
121	1851	Maria Vieira de Andrade	faz. Serra da Floresta
122	1851	Joana Soares de Lima	faz. Mutuca, Vila, serra, cab. rib. Bagres
123	1851	Maria Angélica da Silva	faz. Piedade, Vila
124	1851	Antônio Luís Pacheco Jr.	Vila
125	1851	Ana Rosa	faz. Santa Juliana
126	1851	Vicência Martins da Silva	Serra dos Bagres, Arrepiados
127	1851	Feliciano José dos Santos, cap.	faz. Atrás do Morro, Viçosa
128	1851	Luisa Maria de Jesus	arraial de Ubá
129	1851	José Geraldo da Cruz	Vila
130	1851	Ana d'Andrade e Antônio Carvalho do Vale	faz. São Pedro, afl. do Ubá

131	1851	Maria Inácia	Vila?
132	1851	Rita Maria Teixeira	faz. Boa Esperança
133	1851	Maria Joaquina de Jesus	faz. dos Bagres
134	1851	Simplicio Lopes de Faria	faz. Cachaceira, Vila
135	1851	Maria Angélica Perpétua	faz. Sobradinho
136	1851	João Ferreira Braga	faz. Cachoeira, Vila
137	1851	Ana Joaquina de Jesus	Vila/Diogo da Rocha Bastos
138	1851	Guilhermino José de Moura	
139	1852	Rita Constança de Moura	faz. Serra, faz. Piçarras, São José do Barroso
140	1852	Domingos do Couto Evangelho	
141	1852	Manuel Ferreira da Costa	
142	1852	Joaquim Gomes da Costa Pimentel	
143	1852	João Lourenço de Azevedo	
144	1852	Maria Glória da Rosa	Bagres
145	1852	Francisca Rosa de Assis	faz. São Pedro, Ubá
146	1852	Joaquina Josefa do Espírito Santo	Ubá
147	1852	Antônio Vieira de Souza, alf.	faz. Santa Juliana
148	1852	José Beraldo de Souza e Joana Maria de São José	cór. do Emboque, Posses
149	1852	Manuel Teixeira de Carvalho	faz. Clemente, rib. Vermelho, Vila
150	1852	Antônio Batista de Souza	faz. cór. de São José, Ubá
151	1852	Maria Leonarda	faz. São Pedro, Ubá
152	1852	Francelino M. de Castro	faz. Boa Esperança
153	1852	José Antônio de Souza	faz. Alto da Serra, rio Preto
154	1852	Luísa Maria de São José	Vila
155	1853	Manuel José da Silva	faz. da Grama e dos Cabeçudos, vertentes do Turvo, Vila
156	1853	Caetana Clara de Santa Rita	Vila
157	1853	Francisca Rosa	
158	1853	José Joaquim de Souza, alf.	faz. do Clemente
159	1854	José Correia d'Ávila	faz. do Jacaré e sítio da Cachoeira Alegre, vila
160	1854	Simão Ferreira Coelho	Vila de Ubá?
161	1854	Albano José Gonçalves, Cap.	cór. do Fubá, Ubá

1.3. Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá (CNU)

Os livros de notas de onde este trabalho extraiu os dados relativos às operações de compra e venda de imóveis são custodiados pelo Cartório de Notas do Primeiro Ofício de Ubá. Foram consultados os livros de números 1 (1839) a 25 (1893), conforme lista abaixo.

Livro	ano inicial	ano final
1	1839	1843
2	1844	1851
3	1851	1857
4	1857	1860
5	1860	1863
6	1862	1867
7	1863	1866
8	1864	1869
9	1869	1870
10	1870	1871
11	1871	1872
12	1872	1873
13	1873	
Avulso	1870	1871

Livro	ano inicial	ano final
14	1876	1877
15	1877	1878
16	1878	
17	1879	
18	1880	1881
19	1882	
19-A	1882	
20	1882	1883
21	1883	1884
22	1884	1885
23	1885	1886
24	1886	1887
25	1887	1893

Bibliografia

- BENEVIDES, José Maria Correia de Sá e. *Relatório à Assembléia Legislativa Provincial; 29.08.1869*. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1869.
- BRANDÃO, Júlio César Suzano. *Relatório anual do agente executivo municipal [de Muriaé]*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1903.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil (1.º de setembro de 1940)*; série regional, parte XIII — Minas Gerais, tomo 2 (censo demográfico, população, quadros sinóticos por município; quadro de distribuição segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.
- BRASIL. *Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1905.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920*; agricultura, superfície total, área e valor dos imóveis recenseados; recenseamento do gado. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923. (v. 3, parte I).
- CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARRARA, Angelo Alves. *A zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993 (dissertação de mestrado).
- . *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.
- . *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997 (tese de doutorado).
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio, os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1995 [1993].
- CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, pp. 66 e 73.
- CONRAD, Robert. *Os últimos da escravatura no Brasil; 1850-1888*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 [1. ed. em inglês de 1972, 1. ed. em português de 1974].
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ESTEVES, Albino de Oliveira. Mariano Procópio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 230, jan.-mar. 1956, p. 3-398.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos de Goitacazes, 1850-1920*. Niterói, ICHF/UFF, 1986. (Diss. Mestrado).

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954 [1933].

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942 [1846].

GOMES, Abel. *Brás Pires: subsídios para a história da colonização em Minas Gerais*. Rio: Irmãos Pongetti, 1951.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: INL, 1958.

JACOB, Rodolpho. *Minas no 20^{ma} século*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, [1908].

JOSÉ, Oíliam. *Marlière, o civilizador; esboço biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Les paysans de Languedoc*. Paris: Flammarion, 1969.

LUZ, Carlos Coimbra da. *Viação rodoviária da Zona da Mata* (tese apresentada ao Congresso das Municipalidades da Zona da Mata em junho de 1928 na cidade de Ponte Nova). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

Mapa do Termo do Presídio e de São João Nepomuceno, que originalmente acompanhava o relatório de João José da Silva Teodoro e que se encontra hoje no Arquivo Nacional (Seção de Documentação Cartográfica, PD 04).

MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba. *LOCUS: Revista de História*. 4(2), 1998, p. 35-54.

MARLIÈRE, Guido. “Guido Tomás Marlière: notícias e documentos sobre a sua vida”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 10 (3-4), 1906. p. 3-254.

MARLIÈRE, Guido. “Divisão Geral dos Índios de Minas Gerais. Golpe de vista sobre o estado atual da civilização dos mesmos” e “Mapa fazendo conhecer os aldeamentos das diferentes tribos de índios da Província de Minas Gerais, seu local, população, seu aumento ou decadência e as causas (1828)”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 12, 1907[1908], p. 499.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Círculo do Livro, 1996 [1867].

MINAS GERAIS. Câmara dos Deputados. *Quadro alfabético dos distritos de paz e municípios do estado de Minas Gerais contendo a divisão eleitoral*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1899.

MINAS GERAIS. Diretoria da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização. *Relatório de 1907*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA AGRICULTURA. Seção de Indústria. *Relação das indústrias fábri do Estado de Minas Gerais (1917)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE FINANÇAS. [*Relatório Carlos Prates*], Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

MORAIS, Rui. *Ubá Imperial* [1940-50]. Ubá, Academia Ubaense de Letras: 1988.

MOURA, Carlos Soares de. *Relatório da administração municipal [de Visconde do Rio Branco] do exercício de 1900*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1901.

MOURA, Raul Soares de. *Plataforma lida em Belo Horizonte a 21 de janeiro de 1922, como candidato do PRM à presidência do Estado de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

RIBEIRO, Armando Vidal Leite. *Família Vidal Leite Ribeiro*. Rio de Janeiro, 1955. pp.39-42.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais [*1780]*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritivo especial da Província de Minas Gerais em que se descreve com particular atenção todos os ramos de sua lavoura, indústria e comércio*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1878.

SILVEIRA, Álvaro da. *Memórias corográficas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922-4.

SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888*. Stanford: Stanford University Press, 1976 [Phd Thesis].

SMITH, T. Lynn. Sistemas agrícolas. *Revista Brasileira de Geografia*. 9(2), p. 159-178.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar.1951, 13(1), p. 47-70

SOUZA, Joaquim José de. *Mensagem à Câmara Municipal do Guarará (31.12.1909)*. Bicas: Tip. do Comércio de Bicas, 1910.

TAUNAY, Afonso d'Escragnole. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TEODORO, João José da Silva. *Relatório para a Presidência da Província*. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847.

VASCONCELOS, Francisco Diogo de . *Relatório que à Província de Minas Gerais apresentou na segunda sessão ordinária da décima legislatura de 1855 o presidente da Província*. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

